



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL E
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

VITÓRIA OLIVIER RAMOS RODRIGUES

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL: Um Estudo Bibliográfico**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO
PSICOSSOCIAL

Vitória Olivier Ramos Rodrigues

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL: Um Estudo Bibliográfico**

Dissertação submetida ao Programa de
Mestrado Profissional em Saúde Mental e
Atenção Psicossocial da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção
do grau de mestre profissional em Saúde
Mental e Atenção Psicossocial.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Maris Grigolo.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Vitória Olivier Ramos
Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no
Brasil : um estudo bibliográfico / Vitória Olivier Ramos
Rodrigues ; orientadora, Tânia Maris Grigolo -
Florianópolis, SC, 2016.
89 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, . Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e
Atenção Psicossocial.

Inclui referências

1. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 2. Acolhimento
institucional. 3. Crianças e adolescentes. 4. Atenção
psicossocial. I. Grigolo, Tânia Maris. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Saúde Mental e Atenção Psicossocial. III. Título.

VITÓRIA OLIVIER RAMOS RODRIGUES

**ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO**

Esta Dissertação foi julgada _____ para obtenção do
Título de “Mestre em Saúde Mental e Atenção Psicossocial”, e
_____ em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação
em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – Mestrado Profissional.
Florianópolis, 12 de abril de 2016.

Prof. Dra. Magda Do Canto Zurba
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Tânia Maris Grigolo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Dra. Deise Maria do Nascimento
(membro externo)

Prof. Dr. Leandro Castro Oltramari
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª. Dra. Marcela de Andrade Gomes
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis
2016

Este trabalho é dedicado às Crianças e
Adolescentes em Acolhimento
Institucional no Brasil, e aos
profissionais que atuam nesse campo.

AGRADECIMENTOS

À todos os profissionais, pesquisadores, autores e estudiosos do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina, aos meus colegas, amigos e professores, em especial a minha orientadora Tânia Maris Grigolo.

À minha família, à minha mãe Maria, ao meu irmão Paulo, aonde sempre encontro palavras de estímulo, carinho, orientação, mais que um ombro amigo, a certeza de um amor verdadeiro.

“Alguma coisa começa para terminar; a aventura não se deixa prolongar; só tem sentido através de sua morte. Para essa morte que será talvez também a minha, sou arrastado inexoravelmente. Cada instante só surge para trazer os que se lhe seguem. Apego-me a cada instante com todo meu coração: sei que é único, insubstituível - e no entanto não faria um gesto para impedi-lo de se aniquilar”.

“Alguma coisa está começando”. (Jean Paul Sartre)

Obrigada!

Mudar é difícil, mas é possível.
(Paulo Freire)

RODRIGUES, Vitória O. R. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil**: um estudo bibliográfico. 89 p. Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Orientadora: Tânia Maris Grigolo.

RESUMO

O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil tem passado por profundas transformações. Torna-se responsabilidade não só das políticas públicas e dos profissionais envolvidos, mas de toda a sociedade, refletir sobre as questões que cercam esse tema. A presente dissertação situa-se no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Universidade Federal de Santa Catarina. Esse estudo intenciona refletir e analisar a produção científica dos últimos seis anos (2009 a 2015), sobre Crianças e Adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, tendo em vista a Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), como um importante marco que alterou alguns dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Buscou-se compreender a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes em acolhimento institucional, através dos estudos produzidos neste período, para destacar as principais problemáticas envolvidas e pontos considerados importantes para possibilitar a compreensão dos aspectos psicossociais do acolhimento institucional, bem como, das políticas públicas existentes. As várias pesquisas estudadas vão ao encontro da necessidade de se repensar o Acolhimento Institucional e o seu impacto na vida dos atores envolvidos. Observou-se que existe uma invisibilidade das crianças e adolescentes a respeito de sua visão pessoal e vontade, uma invisibilidade nos registros existentes sobre suas histórias de vida, sobre suas famílias, assim como, uma necessidade imprescindível de se promover um rompimento de antigos pré-conceitos, e de promover e garantir o acesso a saúde, a educação, a moradia e trabalho, compreendidos como fatores determinantes para que seja possível e real a reintegração familiar e comunitária. Este estudo constatou ainda que, de forma frequente nos estudos sobre este tema, aparece a necessidade de formação permanente para os profissionais que trabalham no cotidiano dos serviços envolvidos, bem como, de escuta com a criação de espaços de trocas entre os profissionais e de promoção de sua participação na construção e implantação das diretrizes para as políticas públicas. Por fim, considera-se a importância da Lei

12.010/2009, que trouxe significativas mudanças no âmbito do Acolhimento Institucional e espera-se, que essas mudanças continuem a ressoar na rede serviços e na vida das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional. Crianças e Adolescentes. Atenção Psicossocial.

RODRIGUES, Vitória O. R. **Institutional home of children and adolescents in Brazil**: a bibliographic study. 89 p. Professional Masters in Mental Health and Psychosocial Care - Federal University of Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Advisor: Tânia Maris Grigolo.

ABSTRACT

The Institutional Care System of children and adolescents in Brazil has been through profound transformations lately. Nowadays, the responsibility to reflect about this matter is not only applied on the public policies and the professionals involved, but have become an issue to the whole society. The present dissertation is located within the Master program in Mental Health and Psychosocial care at the Federal University of Santa Catarina. This study intends to reflect and analyse the scientific production of the last six years (2009 until 2015) about children and adolescents in situation of Institutional Care, along with the creation of law n. 12.010/09 (BRAZIL, 2009), which is considered a milestone in the matter, because it has changed some provisions of the Child and Adolescent Statute (*ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente*). In the present article, it was intend to understand the experience lived by children and adolescents in institutional care hosts through the studies produced in this period. Also, highlight the main problems involved in the present situation, as well as check important points for the understanding of psychosocial aspects of institutional Care and the Public Policies. The studied articles indicate that there is an urge to rethink the whole Institutional Care system in Brazil and how it affects those involved. It was possible to observe two important points. Firstly, the child and adolescents knows very little about their own life stories, which is caused by the absence of their personal registers, also, they have difficulty with their personal vision and will. Secondly, an urge to promote a break up on prejudices, as well as guarantee their access to basic rights, which are determinants facts to the real reintegration of these child and adolescents. This study also point to the need of permanent formation of the professionals that are involved in the subject, in addition to the creation of places designed to listening and to promote the exchange of information between these professionals, helping to improve the guidelines of public policies. At least, it's hoped that those changes, started by the Law 12.010/09, keep resounding in the life of those affected and in the system.

Keywords: Institutional Care. Child and Adolescents. Psychosocial Care.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fluxograma 1	80
-------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - diferenças entre Casa-lar e Acolhimento Institucional.....	30
Quadro 2 - Classificação dos artigos selecionados.....	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de artigos por descritor.....	49
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNAS	– Conselho Nacional de Assistência Social
CNCA	– Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos
CNJ	– Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	– Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
DCE	– Fórum Nacional Permanente em Defesa da Criança e do Adolescente
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	– Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FONACRIAD	– Fórum Nacional dos Dirigentes de Políticas Estaduais para Criança e Adolescente
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	– Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MNMNR	– Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
OMS	– Organização Mundial da Saúde
ONU	– Organizações das Nações Unidas
SAI	– Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes
SAS	– Secretaria de Assistência Social
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo
SUAS	– Sistema Único de Assistência Social
SUS	– Sistema Único de Saúde
UNICEF	– United Nations Children's Fund. Ou seja: O Fundo das Nações Unidas para a Infância.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	25
1.1 OBJETIVOS.....	32
1.1.1 Objetivo geral.....	32
1.1.2 Objetivos específicos.....	32
2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	33
2.1 UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	33
2.1.1 Considerações sobre infância, adolescência e a família na contemporaneidade.....	33
2.1.2 Políticas para infância e adolescência no Brasil.....	36
2.1.3 A política de acolhimento institucional.....	42
3 PERCURSO METODOLÓGICO	45
3.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO.....	45
3.2 PROTOCOLOS DE BUSCA.....	46
3.3 CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	47
4 CAPÍTULO I: COTIDIANO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	49
5 CAPÍTULO II: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: INTERFACES DO CONTEXTO PSICOSSOCIAL	59
6 CAPÍTULO III: O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: PROPOSTAS E DESAFIOS	71
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	81

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está relacionada ao Mestrado de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, inserido na linha de pesquisa: Políticas, sistemas, programas e serviços de saúde mental. Este estudo busca compreender o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, a partir de um levantamento bibliográfico, tendo em vista a Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), importante marco que alterou alguns dispositivos do ECA, no que tange a realidade do Acolhimento Institucional no Brasil.

A motivação da pesquisadora para a escolha do problema de pesquisa é explicitada pelo interesse da mesma em explorar a realidade das instituições que acolhem crianças e adolescentes, bem como as complexidades do universo que abrange as famílias, os profissionais psicólogos, assistentes sociais, cuidadores e educadores que atuam em conjunto com esse grupo, propondo-se a buscar na produção científica, geradora de conhecimentos, encontrada em artigos originados de estudos brasileiros, explorar através desses, o olhar dos atores envolvidos, vislumbrando a possibilidade de conhecer um pouco mais essa realidade. Por exemplo, como se desenrola a entrada e saída dessas crianças no acolhimento institucional, como se sentem esses profissionais nesses momentos de chegada e partida, o que pensam esses autores dos artigos sobre os dados encontrados em suas pesquisas, quais reflexões nos trazem sobre as políticas públicas e de atenção psicossocial que respaldam esse grupo, quais são suas novidades, entre outras questões que abrangem esse contexto.

Por se tratar de um tema pouco discutido no âmbito da saúde mental e da atenção psicossocial, verificou-se a necessidade de debater algumas diretrizes que orientam este cenário em nível nacional, buscando-se assim problematizar a questão e desbravar este contexto. De igual modo, tem-se a intenção de provocar reflexões sobre a temática.

Ao trazer à luz diferentes formas de compreender os meandros da realidade vivenciada por crianças e adolescentes em acolhimento institucional, se buscou, a partir de um estudo bibliográfico, observar e problematizar o que nos dizem os artigos referentes à temática selecionada, para desta forma construir uma linha de raciocínio que possibilite o levantamento de conjecturas a respeito desse grupo, das políticas públicas e de saúde já existentes, com a intenção de reunir diversos recortes sobre o assunto, e quiçá problematizar o levantamento

de necessidades que surgem, e que possibilitam a criação de novas estratégias.

A apresentação deste projeto de pesquisa se dará da seguinte forma: a introdução, composta pela apresentação do tema, problemática e justificativa, os objetivos gerais e específicos, o referencial teórico discorrendo brevemente sobre a infância e adolescência, as políticas públicas desenvolvidas para este grupo, a institucionalização de crianças e adolescentes sejam elas coordenadas por instituições filantrópicas ou públicas; além de apresentar considerações sobre o acolhimento e suas práticas. E ao fim, a metodologia referente à pesquisa bibliográfica, os resultados e discussão dos dados encontrados a partir da pesquisa nas bases de dados escolhidas, e as considerações finais.

Presentes na história do Brasil, desde meados do século XVI, os abrigos e casas que acolhem crianças e adolescentes tem uma trajetória que vem se transformando junto com o cenário social e histórico que lhe acompanha. Acredita-se, dessa forma, que novos estudos devem ser constantemente desenvolvidos e revistos, no sentido de ampliar o conhecimento desta realidade que se faz presente nas entranhas de nossa sociedade, o que torna aqui a relevância dessa pesquisa cabível.

Um profissional cujo trabalho se dá no âmbito de uma instituição que o coloca no centro de sentimentos tumultuados que acompanham os dramas familiares não pode, em momento algum de seu trabalho, deixar de ter presentes diante de si os dilemas maiores da profissão. Trabalhar com juízes, peritos, crianças e suas familiares exige uma formação teórico-prática, coerente com os desafios que o psicólogo, mas exige mais: reflexão, sensibilidade ética e atenção redobrada aos personagens e aos caminhos que se abrem diante dele¹.

Aos serviços de acolhimento institucional, mais conhecidos como abrigos e casas de acolhimento, chegam bebês, crianças e adolescentes das mais diversas idades e por variadas situações, sejam de conflito e violência, dificuldades de ordem financeira ou ainda de acesso a serviços públicos, entre outros. Com um caráter emergencial, essa modalidade de serviço atravessou séculos em lógica congruente a uma sociedade desigual, ligada a uma política higienista de recolher dos olhos públicos os abandonados, enjeitados, carentes, “meninos de rua”, “menores”. (SERRANO, 2011, p. 87).

Arantes (2009) relata que no Brasil Colônia a sociedade se constituía de relações desiguais e categorias específicas, o que foi se

¹ MELLO, Sylvia Leser de e PATTO, Maria Helena Souza, Psicologia da violência ou violência da Psicologia? Psicologia. USP vol.19 no. 4 São Paulo outubro / Dec. 2008

modificando em meados do século XVIII, quando os escravos atingiram a condição de liberdade. Neste momento as crianças e adolescentes pobres começaram a ser vistas pela rua, trabalhando, esmolando, cometendo pequenos furtos, brincando, passando a serem identificados como “menores abandonados material e moralmente”. (ARANTES, 2009, p. 193).

A “doutrina da indiferença” que abarca o período de 1500 até 1899 é assinalada pela ausência e pelo desinteresse do poder do estado no que se refere a ações em prol deste grupo, juntamente a valores introduzidos pela Igreja Católica que se refletem, até os dias atuais (NICODEMOS, 2006, p. 32). Em 1899, foi introduzida a “doutrina da situação irregular”, na qual a criança e o adolescente, na época denominado e muitas vezes até hoje de “menor”, estavam sobre a tutela estatal. Surge assim no ano de 1927 o primeiro código de menores no Brasil, conhecido como Código “Mello Matos”, em homenagem ao autor do seu projeto, o qual considerava o jovem, a criança ou o adolescente em situação irregular quando “inadaptado na família, abandonado ou em situação de criminalidade” (NICODEMOS, 2006, p.33). Paralelo ao código de menores acontece à criação dos Juizados de Menores e todas suas instituições auxiliares. Um novo código de menores foi editado em 1979, já contendo algumas mudanças e delineamentos em direção à “doutrina da proteção integral”, mas bebendo das fontes da Legislação do mesmo paradigma anterior, o paradigma do “menor em situação irregular”. (NICODEMOS, 2006, p.33).

A ideia de que era possível que todas essas crianças e jovens fossem em um momento ou outro de suas vidas sentenciadas como “irregulares”, era aparada pela lógica de que, se as famílias não tomam conta do “menor” e falham na sua proteção e cuidado, o Estado fica como responsável por essa função. A maioria das crianças e jovens mantidos em internatos não era “órfã”, mas “carente”, o que gerava uma complexa disputa pela guarda das crianças nas instituições de atendimento e, muitas vezes, as famílias muito pobres acabavam por desistir ou mesmo abandonar essas crianças e adolescentes em locais conhecidos como internatos (ARANTES, 2009, p. 194-196).

Neste tempo, a dita “situação irregular do menor” (ARANTES, 2009, p. 194) se vinculava à ideia de uma família desestruturada, carente ou a criança com conduta antissocial, desviada e infratora, fazendo da rua, local de trabalho e moradia (ARANTES, 2009). De forma que, à época da vigência do citado código de menores (1979), as condições sociais ficam reduzidas à “ação dos pais ou do próprio menor”,

transformando a vítima em um réu, passando ao Estado o poder de decidir o que é melhor para a criança ou adolescente, tornando a “questão ainda mais jurídica e assistencial”. (FALEIROS, 2009, p. 70).

Rompendo com a lógica dessas práticas, a partir da década de 80 surgiram organizações não governamentais e movimentos sociais que se mobilizaram com o intuito de introduzir os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal.

Acorda Rizzini (2009) que na década de 80 a noção de irregularidade começou a ser duramente questionada. Diante disso, surgiram novas organizações que possibilitaram a participação popular na construção da luta pela garantia de direitos, o que acaba por desencadear um movimento social a favor das crianças e adolescentes, principalmente voltadas para a marginalidade social e para situações de grande pobreza. Com este movimento foi inscrita na Constituição de 1988 a proposta, sob a forma do artigo 227, que assegura a prioridade nos direitos de crianças e adolescentes, devendo o Estado, a família e a sociedade proteger este grupo de qualquer tipo de abuso, resultando em um novo paradigma jurídico, social, político, administrativo: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao questionar esse modelo de assistência, novas percepções foram possíveis. Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que aboliu o Código de Menores de 1979 e em seu lugar, em 1990, trouxe a Lei nº8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecida como “doutrina da proteção integral” (ARANTES, 2009). Atualmente o ECA, é a principal política pública que tange este campo e vem para preconizar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais, ao definir a estrutura jurídica e a sustentação política desse ator social (NICODEMOS, 2006, p. 33).

O cenário político e social no Brasil passou por diversas transformações desde o primeiro Código de menores em 1927 até redemocratização e publicação da “Constituição Cidadã” em 1988, seguida da instituição do ECA, em 1990. Ocorreram muitos avanços no campo da infância e a adolescência, como a Lei 12.010 de 3 de agosto de 2009, conhecida como a Lei Nacional de Adoção que trouxe a implementação de diversas medidas de proteção a esse grupo, que conta com a fiscalização da Defensoria e do Ministério Público. De qualquer maneira ainda há muito que se fazer na estruturação das políticas públicas e de saúde relacionadas não somente as crianças e adolescentes, mas também as suas famílias e aos demais personagens envolvidos nesta construção.

Dados do Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes apontam para uma realidade de 20 mil crianças e adolescentes que viviam em 589 abrigos pesquisados no Brasil em meados de 2004, sendo sua grande maioria meninos negros e pobres entre 7 e 15 anos de idade. Esses dados ainda demonstram que 87% têm família e 58% têm vínculo com seus familiares, podendo o período de permanência nos abrigos variar de poucos meses a 10 anos (SILVA, 2004).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2011, havia registrado 1.876 abrigos para crianças e adolescentes cadastrados no país, já a Fundação Oswaldo Cruz realizou uma pesquisa em 2010, a pedidos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que, por sua vez, trouxe a existência de 2.624 instituições em território nacional. O acolhimento é considerada uma medida de proteção “provisória e excepcional” prevista pelo ECA, para crianças e adolescentes, cujo direito foi violado por abandono, negligência ou risco pessoal. O acolhimento institucional se dá por um juiz responsável que concede a guarda da criança ou adolescente ao responsável pela instituição, o que não destitui a perda do poder familiar, fato que só ocorre através de específico processo judicial (SENADO FEDERAL, 2014).

Conforme o CNCA (Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos), criado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), os dados apontam que em dezembro de 2012, o Brasil contabilizava 36.551 crianças e adolescentes vivendo em abrigos mantido por ONGs. Das crianças acolhidas 17.232 são do sexo feminino e 19.318 do sexo masculino, também segundo o levantamento, 1.926 das crianças não possuíam registro de nascimento (SENADO FEDERAL, 2014).

De acordo com a assistente social Janice Merigo, membro da FECAM (Federação Catarinense de Municípios), o Brasil conta com duas modalidades de atendimento, Acolhimento Institucional e Casa-lar, diferenciando-se da seguinte forma (FECAM, 2014):

Quadro 1 - diferenças entre Casa-lar e Acolhimento Institucional

Casa-lar	Acolhimento Institucional
Educador/cuidador residente morando na casa com as crianças/ou adolescentes.	Equipe técnica exclusiva
Equipe técnica que acompanha as crianças e suas famílias é vinculada à Secretaria de Assistência Social, não é alocada somente na Casa-lar. Atende e acompanha demais serviços de alta complexidade.	Equipe técnica (psicólogo, assistente social, orientadores sociais, serviços gerais e cozinheira) obrigatória dentro do abrigo, e exclusiva para atendimento das crianças e suas famílias.
Atende no máximo 10 crianças, entre 0 e 18 anos.	Atende no máximo 20 crianças, entre 0 e 18 anos.

Autor: FECAM (2014).

Os serviços de acolhimento provisório, descritos acima, devem ter aspecto semelhante ao de uma residência, oferecendo atendimento acolhedor e digno, ofertando atendimento personalizado em pequenos grupos. Preconiza a lei que estes devem favorecer o convívio familiar e comunitário, assim como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (CONANDA, 2009).

Ao refletir sobre crianças e adolescentes em contexto de acolhimento institucional e sobre o cotidiano do trabalho desenvolvido por diversos profissionais, percebe-se que o tema é um campo vastíssimo de pesquisa, onde emergem questões relativas a saúde mental, ao contexto social, às relações familiares, interpessoais e a reintegração destas crianças e adolescentes nas suas famílias de origem e na sociedade. Nessa direção, surgem os seguintes questionamentos: Quem são essas crianças e adolescentes acolhidos? Quem são essas crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente para os profissionais atuantes junto a este grupo? Quem são os profissionais que compartilham o dia-a-dia com esses sujeitos? Como a Atenção psicossocial pode contribuir frente a este grupo? Como a Saúde Mental

pode cooperar na construção de uma autonomia que permita que esses atores sociais desenvolvam-se rumo a seu crescimento biopsicossocial? Quais são os princípios norteadores para que haja a reaproximação do indivíduo acolhido com a sua família de origem, isso acontece, em que casos? O que os pesquisadores detectam como demandas a serem trabalhadas para um melhor funcionamento dos serviços? O que a lei preconiza é o que realmente acontece no cotidiano dos serviços de acolhimento institucional, como trazer a lei para a prática?

Existem, em diversos campos do conhecimento, nas ciências humanas e jurídicas, trabalhos que tratam sobre o acolhimento institucional, constituindo o seu estudo um grande desafio na área da psicologia, da saúde mental e da atenção psicossocial. Percebem-se muitos esforços no sentido de compreender de forma ampla esse grupo. Avaliou-se que a leitura acumulada atualmente ainda não alcança toda a problemática acerca da temática proposta, encontra-se fragmentada sob a ótica de diversos recortes, o que permite o surgimento desse estudo. Justificando-se a necessidade se reunir e de aprofundar as questões sociais, culturais e psicológicas que se vinculem aos serviços, e aos indivíduos que se encontram implicados neles.

A seguinte pesquisa é relevante cientificamente, por se diferenciar das demais ao trazer um levantamento de informações, recortes e reflexões sobre os diversos aspectos e situações apresentados na produção científica desenvolvida sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, suas famílias, os profissionais cuidadores e educadores, as políticas públicas. Além disso, pretende possibilitar um maior embasamento teórico, no âmbito da atenção psicossocial, para a prática dos personagens envolvidos.

Essa pesquisa compreende um estudo bibliográfico de artigos publicados nos últimos seis anos (2009 à 2015) sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil, são detectadas demandas específicas em algumas áreas de trabalho e a possibilidade de reunir e visualizar os estudos já realizados de forma sistêmica. Refletiu-se sobre os fenômenos envolvidos e sobre novas percepções, sentidos, propostas, desafios e estratégias. Favorece a sociedade, que expressa significativa preocupação com essas crianças em processo de institucionalização, o qual é permeado por muitos questionamentos e dúvidas. O resultado desta pesquisa tem o intuito de propiciar a abertura para novos horizontes de entendimento tanto para a prática dos profissionais envolvidos, quanto para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento suas famílias e para a sociedade em geral.

Assim, a partir dos apontamentos levantados, a presente pesquisa buscou analisar a produção científica sobre Crianças e Adolescentes em situação de Acolhimento Institucional a partir da Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), importante marco que alterou alguns dispositivos do ECA, como a nomenclatura da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VII, de “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar a produção científica acadêmica brasileira sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes a partir da Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009).

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar nos artigos acadêmicos as principais problemáticas encontradas no acolhimento institucional;
- b) Identificar e discutir o contexto psicossocial do qual provém as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional;
- c) Debater os desafios e propostas sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil.
- d) Sistematizar os estudos acerca do acolhimento institucional em seus aspectos epistemológicos e técnicos, de modo a consolidar os saberes e fazeres nestes contextos.

2 CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Da força da vontade nasce a
esperança de um amanhã
melhor para quem faz a
hora.

(Sylvio Junqueira)

2.1 UM OLHAR SOBRE A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Para compreender um pouco sobre a realidade da infância e a adolescência de sujeitos oriundos de acolhimento institucional é preciso, primeiramente, entender como se constituem esses sujeitos, como se constituem as novas configurações familiares existentes, e suas relações com a sociedade. O capítulo que segue tem como objetivo uma explanação a respeito do referencial teórico pertinente, articulado à temática deste trabalho, a fim de dar subsídio para a análise dos dados coletados por esta pesquisa. De modo que, inicialmente, apresenta-se uma breve discussão sobre as algumas compreensões históricas acerca da infância e da adolescência. Também é parte deste capítulo a discussão sobre políticas para infância e juventude no Brasil, com destaque para as Crianças e Adolescentes em situação de Acolhimento Institucional.

2.1.1 Considerações sobre infância, adolescência e a família na contemporaneidade

Na história de nossa velha sociedade tradicional, anterior à Idade Média, a infância e a adolescência mal eram reconhecidas, e logo que a criança atingisse o menor desembaraço físico, já era misturada aos adultos, aos seus trabalhos e jogos, e sem passar pelas etapas da juventude que hoje são tanto discutidas, se transformavam em jovens homens e mulheres a desempenharem os diversos papéis do dia-a-dia. De um modo geral a transmissão de valores e conhecimentos se davam a partir da socialização da criança, que não necessariamente era assegurada ou controlada pela família. Foi no final do século XVII, com o surgimento da escola como meio de aprendizagem e educação, que a criança deixou de conviver com os adultos, e uma mudança considerável na forma de compreender as crianças começou a surgir articulada as reformas religiosas, às leis e ao Estado. Nesse momento, a família

passou a ocupar um lugar de afeição e os pais começaram a interessar-se pela educação dos filhos (ARIÉS, 1981).

Sobre este tema, Silva Junior (2005) afirma que em cada época histórica, a organização familiar foi moldada de acordo com os interesses políticos, econômicos, culturais e religiosos dominantes do período. O autor reforça que estudar os discursos históricos que abordam a família é muito importante, pois pode ajudar a identificar como alguns preconceitos foram construídos, e que até hoje podem se apresentar como obstáculo nas relações entre as famílias e entre as famílias o Estado e a sociedade.

Para Ariès (1981), foi após o século XIX, com a implantação do sentido de infância, que se tornou possível o surgimento da adolescência como uma fase característica, que se diferenciava dos outros momentos do desenvolvimento. O autor coloca que a adolescência nasceu sob o signo da modernidade sendo ligada a conjunturas de contestações.

Aponta Abramo (1994) que na virada do século XX a adolescência era uma inversão representada por uma fase de “tormentas e tempestades”, geradoras de transformações. O movimento hippie, na década de 60, e o movimento juvenil, em 68, foram formadores do discurso do que é ser adolescente, o que se estende pela década de 70 e 80 com a contracultura juvenil e os movimentos liderados por estudantes.

A puberdade na psicologia é vista como uma fase do desenvolvimento, isto é, todos os seres humanos, à medida que passam da infância, vivem necessariamente por uma nova fase, intermediária à vida adulta, que é a adolescência. De maneira que muitos estudos tiveram como fenômeno de pesquisa a caracterização dessa fase, e a sociedade, em consequência, apropriou-se desses conhecimentos. Bock (2004) afirma que é “importante registrar que, na medida em que esse fato social da adolescência vai se configurando, tomando contornos mais claros, a sociedade como um todo vai registrando e significando esse momento” (p. 5). Isso é possível ser observado quando os pais acabam por esperar dos filhos algumas condutas que foram sendo naturalizadas como próprias da adolescência, ou mesmo quando os jovens se utilizam e se reconhecem com essas características como fonte formadora de sua identidade.

De acordo com Roudinesco (2003) há três períodos distintos na evolução da família. O primeiro é o da família tida como “tradicional”, sendo esta responsável pela transmissão do patrimônio. Este arranjo familiar era dominado pela autoridade patriarcal, sendo esta autoridade uma adaptação do poder do direito divino, sem possibilidade de

modificação. Dessa forma, os pais tinham sob sua responsabilidade a escolha dos casamentos de seus filhos, mesmo em idade precoce, sendo que os filhos não tinham a opção de escolha, tendo que se sujeitar ao que era determinado por seus pais.

Em uma segunda fase, situada entre o final de século XVIII até meados do século XX, surge a família dita “moderna”. Esta constituição familiar é baseada no amor romântico, sendo que através do casamento era possível a reciprocidade dos sentimentos e a existência dos desejos carniais. Surge então a divisão do trabalho entre os cônjuges, com a mulher começando a trabalhar fora do lar. Essa mudança acarretou em uma divisão da atribuição da autoridade sobre a educação das crianças entre os pais e o Estado. Por fim, no século XX, a partir dos anos 60, surge a família “pós-moderna” ou “contemporânea”, aonde a transmissão da autoridade vai se tornando cada vez mais complexa devido a existência das separações, dos divórcios e das famílias reconstruídas. Nesse contexto familiar, as relações têm duração relativa, e o que une principalmente duas pessoas é o interesse em relações de intimidade entre os casais, além da realização sexual (ROUDINESCO, 2003).

A instituição família sofreu diversas modificações no decorrer da história. Segundo Correa (2001), este século está assistindo a um aumento das recomposições familiares, consideradas como entidades familiares, as famílias monoparentais, as adotivas, as recompostas por membros de outros casamentos já terminados, e também as famílias homoparentais. A autora relata que dentre esta diversidade atual de formas de parentalidade, a chamada simbólica, que envolve laços de filiação e aliança, tem prioridade sobre os vínculos ditos biológicos.

Pode-se considerar assim que os serviços de acolhimento institucional são espaços de desenvolvimento de crianças e adolescentes independentemente do período de tempo em que esses estejam nesta situação, nesse sentido esses locais devem desempenhar um papel acolhedor e de cuidado, pois fazem parte do contexto em que esses sujeitos se desenvolvem, e porque não dizer que nesse momento de suas vidas encontrarão ali uma espécie de família, sem que para isso seja necessário esquecer-se daquela, já existente anterior a sua chagada no serviço. Reflete Serrano (2011, p. 87) que atualmente ainda existe uma ausência na sistematização de dados e estudos sobre as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, o que faz com que uma parte da realidade sobre a história dos sujeitos em questão ainda se encontre oculta e dispersa.

Diante dessa afirmativa se recorreu a uma das únicas obras brasileiras que abordam essa temática de forma específica: “Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam” (FAVÉRA; VITALE; BATISTA, 2008), que trata dos significados culturalmente atribuídos aos acolhidos, as suas famílias, ao abrigo, aos cuidadores/educadores. Por que essas crianças chegam ao abrigo? Quem são suas famílias? Elas visitam seus filhos? Quem são os cuidadores/educadores que acolhem essas crianças e suas famílias? Eles recebem algum tipo de treinamento direcionado para desenvolverem esse trabalho? No intuito de clarificar e buscar respostas a essas questões, o estudo citado acima será de grande valia para a análise dos dados a que se propõe a presente pesquisa.

2.1.2 Políticas para infância e adolescência no Brasil

Sobre as noções de criança e adolescente, Arantes (2009, p. 192) relata que, no Brasil Colônia, a sociedade se constituía de relações desiguais e categorias específicas, como “filhos de família”, “meninos da terra”, “filhos dos escravos”, “desvalidos”, “expostos”, “pardinhos”, “negrinhos”, “enjeitados”, “órfãos”, entre outros. Isso foi se modificando após a Lei do Ventre Livre em 1871, quando os escravos atingiram a condição de liberdade e, portanto, de serem pais e filhos de famílias. Neste momento as crianças e adolescentes pobres começaram a ser vistas pela rua, trabalhando, esmolando, cometendo pequenos furtos, brincando, passando a serem identificados como “menores abandonados material e moralmente” (ARANTES, 2009, p. 193).

Estudos indicam que no Brasil desde meados de 1500 surgiram três grandes referenciais políticos-filosóficos que tratam das questões vinculadas a este grupo. A primeira matriz ou “doutrina da indiferença que abarca o período de 1500 até 1899 especialmente nos séculos XVI e XVII” é assinalada pela ausência e pelo desinteresse do poder do estado no que se refere a ações em prol deste grupo, juntamente a valores introduzidos pela Igreja Católica que refletem, até os dias atuais, a “construção de um conceito de necessidades que interferem diretamente na percepção da criança e do adolescente como sujeitos de direitos” (NICODEMOS, 2006, p. 32).

A segunda matriz tem seu marco referencial em 1899, introduzindo a “doutrina da situação irregular”, na qual a criança e o adolescente, na época denominada “menor”, estavam sobre a tutela

estatal, que investe na ação do poder judiciário com poderes privilegiados² de controle social deste grupo, surgindo assim no ano de 1927 o primeiro Código de Menores no Brasil, o qual considerava o jovem, a criança ou o adolescente em situação irregular quando “inadaptado na família, abandonado ou em situação de criminalidade”. Dessa forma o Estado, através do poder judiciário, atua não por vias de controle social e sim por vias de controle punitivo em seu “objeto de controle da política estatal” (NICODEMOS, 2006, p. 33).

Ao estudarmos esse período, referente ao governo republicano, constatamos que apenas um ano depois da Proclamação da República, se instalou-se o Código Penal de 1890 que reduziu a idade penal para nove anos, desde que o juiz entendesse que a criança não havia agido corretamente, regulamentando o trabalho infantil e permitindo que a criança pobre ficasse em escolas correccionais ou de reforma, o que refletiu na construção do Código de Menores de 1927, que transitava entre os modelos caritativo e filantrópico, sendo que o primeiro se referia à natureza religiosa, asilar se ocupando principalmente da salvação das almas, enquanto que o segundo se mostrava favorável à assistência estatal, pontuando os desvios através de um modelo de normalidade que acabou por se revelar pré-conceituoso, ao olhar a criança pobre como deficiente, anormal ou delinquente. Neste tempo, a dita “situação irregular do menor” (ARANTES, 2009, p. 194) se vinculava à ideia de uma família desestruturada, carente ou ainda a criança com conduta antissocial, desviada e infratora (ARANTES, 2009).

O Código de Menores de 1979 adotava a *doutrina da situação irregular*, ou seja:

[...] privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvios de

² Consiste num sistema de garantias, com proibições ou imposições de determinados conteúdos (crianças e adolescentes), que visa impedir que os fracos se submetam aos fortes, protegendo a parte socialmente mais fraca a fim de garantir a igualdade das partes. Ex: ECA (Lei n/ 8.069/90). Petições online. Disponível em: http://www.modelodepeticoes.com.br/legislacao/9_estatuto_da_crianca_e_do_adolescent_e_eqa.php Acesso em: 16 maio 2012.

conduta ou autoria de infração penal (FALEIROS, 2009, p. 70).

Rompendo com a lógica dessas práticas, a partir da década de 80 surgiram organizações não governamentais e movimentos sociais que se mobilizaram com o intuito de introduzir os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal.

Estes grupos detinham muitos documentos que mostravam a falência deste modelo de atendimento dito “correlacional-repressivo”, junto à Constituinte em 1987, na qual emergiu a ideia de internatos servirem como meio de proteção à criança pobre, visto que os técnicos não estavam a desempenhar um papel educativo e de proteção, mas sim de controle. A criança por vezes era rotulada, estigmatizada por seu diagnóstico, que também já tinha sido feito anteriormente pelo policial, ao apreendê-la na rua, enquanto que as famílias muitas vezes toleravam as infrações dos filhos à medida que isso representava o sustento da família. Mandar as crianças para a delegacia não solucionava o problema, e em contrapartida diversos segmentos da sociedade pressionavam o poder público para punir e confinar o adolescente sem lhe dar alternativas, fazendo isso em nome da sua segurança pessoal e de seu patrimônio. A criança não era simplesmente aliciada pelo adulto para fins de roubo, venda de drogas e furto, mas sendo vendida, executada e trocada como uma mercadoria (ARANTES, 2009, p. 197).

Acorda Rizzini (2009) que na década de 80 a noção de irregularidade começou a ser duramente questionada. Diante disso surgiram novas organizações que possibilitaram a participação popular na construção da luta pela garantia de direitos, o que acaba por desencadear um movimento social a favor das crianças e adolescentes, principalmente voltadas para a marginalidade social e para situações de grande pobreza. Com este movimento foi inscrita na Constituição de 1988 a proposta, sob a forma dos artigos 227 e 228, que assegura a prioridade nos direitos de crianças e adolescentes, devendo o Estado, a família e a sociedade proteger este grupo de qualquer tipo de abuso, resultando em um novo paradigma jurídico, político e administrativo: o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ao questionar esse modelo de assistência, novas percepções foram possíveis. Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil adotou a Declaração Universal dos Direitos da Criança, que aboliu o Código de Menores de 1979 e em seu lugar, em 1990, trouxe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ARANTES, 2009).

Assim a terceira e última matriz filosófica, consolidada em 1989, conhecida como “doutrina da proteção integral”, passa a compreender uma nova concepção da criança e do adolescente transformando a ideia “de objeto de direito ou objeto de tutela para a condição de sujeitos de direito”, que culmina em 1988 junto à redemocratização do Estado brasileiro e incorporado à Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU), em uma lei que regulamentaria os direitos dos sujeitos em questão. A Lei nº 8.069, de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)³, é atualmente a principal política pública que tange este campo e vem para preconizar as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos fundamentais, ao definir a estrutura jurídica e a sustentação política desse ator social (NICODEMOS, 2006, p.33).

A partir de Faleiros (2009), o Estatuto da Criança e do Adolescente nasce como um expressivo marco dos resultados obtidos através de debates sobre a preocupação social referente a esse grupo. Ao revogar o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), traz detalhadamente as diretrizes gerais para as políticas gerais nessa área, bem como detalha os direitos das crianças e dos adolescentes. Em seu artigo 1º, a Doutrina da Proteção Integral reconhece a criança e o adolescente como cidadãos garantindo seus direitos e operacionalizando a política para infância com a criação de conselhos a nível estadual e municipal, como os “Conselhos de Direitos, os Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por estes conselhos” (FALEIROS, 2009, p. 81) com o foco no objetivo principal de garantir a esse grupo a prioridade no acesso às políticas sociais, estabelecimento de medidas de prevenção, juntamente a uma política especial de atendimento. Dessa forma, “o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é consonante a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 20/11/1989”. (FALEIROS, 2009, p. 81).

Em relatório sobre a infância no Brasil, a UNICEF (2011) acredita que as políticas públicas devem ser ampliadas de forma que as próprias crianças e adolescentes “construam uma perspectiva crítica em relação a sua realidade”. Assim, ao possibilitar a participação na construção da melhoria da sua vida, disponibilizam-se ferramentas para que eles se desenvolvam rumo a sua autonomia e emancipação.

³Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028079/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90> Acesso em: 16 maio 2014.

Discutir a infância e a adolescência a partir da construção de políticas públicas representa uma grande oportunidade para pensarmos sobre os conflitos que surgem nesse grupo. É possível refletirmos sobre os demais agentes sociais implicados nessa produção, como injustiças, desigualdade social e decisões da própria sociedade. Todas as iniciativas participativas são válidas.

Defende De Lemare (2005) que o espírito criativo e inovador da população jovem têm um rico potencial, que é capaz de influenciar de forma positiva o desenvolvimento da sociedade e do país. O Brasil conta com 54 milhões de cidadãos na faixa entre 10 e 24 anos de idade. Para que este grupo se desenvolva é preciso que sejam acessíveis os bens e serviços que promovam a saúde e a cidadania. Para assegurar “o desenvolvimento integral da adolescência e da juventude se requer a construção de políticas públicas capazes de prover atenção integral à saúde em todos os níveis de complexidade”, concebendo uma “abordagem sistêmica das necessidades desta população”. Nesse sentido a saúde é percebida com amplitude em suas múltiplas dimensões (DE LEMARE, 2005, p. 1).

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens é um exemplo, pois, busca reconhecer que adolescentes e jovens são pessoas em desenvolvimento e que suas condições físicas, emocionais, psicológicas, cognitivas, espirituais e sociais necessitam de atenção. As premissas desta política são:

[...] a integralidade da atenção, a universalização, a efetividade, a interdisciplinaridade, a intersetorialidade e a participação juvenil, visando: **(1)** a melhoria da qualidade de vida de adolescentes e jovens brasileiros, **(2)** a promoção do crescimento e desenvolvimento saudáveis e **(3)** a eliminação ou redução dos agravos à saúde (DE LEMARE, 2005, p. 1, grifo nosso).

Através dessa política busca-se incorporar ao Sistema Único de Saúde (SUS) atenção à população jovem em todos os níveis, servindo de base norteadora para ações, serviços e programas, em nível federal, estadual e municipal, mantendo e criando diversas ações relacionadas às demandas sociais, sempre respeitando os princípios do SUS. O maior desafio se encontra em qualificar gestores, serviços e profissionais que ofereçam uma atenção integral respeitando as características biopsicossociais deste grupo. Para tal, é necessário um olhar

diferenciado que implica em um acolhimento sensível das demandas e necessidades das crianças e adolescentes (DE LEMARE, 2005).

Por serem as crianças e os adolescentes um grupo social considerado em estado de vulnerabilidade, esperou-se que a partir da década de noventa, com o advento do ECA, que o Estado mudasse sua política em relação às ações públicas. A Lei já completou 25 anos, mas o que se percebe é que o processo de criminalização da juventude se acentua e que, cada vez mais, novas políticas públicas serão necessárias para contemplar as necessidades das crianças e dos adolescentes, incluindo as políticas públicas de resolução de conflitos, para que não se reproduza o chamado Estado criminalizador, o qual “tem feito das crianças e adolescentes muito mais vítimas do que propriamente autores desta violência” (NICODEMOS, 2006, p.33-34).

Da década de noventa até os dias atuais políticas públicas e organizações da sociedade referentes à criança e ao adolescente foram elaboradas e outras se definiam, dentre os quais podemos citar: ECA (Estatuto da Criança e do adolescente), 1990, atualizado com a Lei 12.1010, 2009, Lei Nacional de Adoção; LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), 1993; A Política Nacional de Assistência Social (Pnas) (2004); Organização Das Nações Unidas, 1989, com a Convenção sobre os Direitos da Criança; CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente) e o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social), 2006; O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, CONANDA & CNAS, 2009; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009); Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro de Referência da Assistência Social (CRAS); Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); FNDCA (Fórum Nacional Permanente em Defesa da Criança e do Adolescente); MNMNR (Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua); SAS (Secretaria de Assistência Social) e FONACRIAD (Fórum Nacional dos Dirigentes de Políticas Estaduais para Criança e Adolescente); SUAS (Sistema Único de Assistência Social); Conselhos Tutelares (equipes interdisciplinares dos Fóruns); SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Estas políticas atuam como bases de organização para a operacionalização deste complexo universo.

2.1.3 A política de acolhimento institucional

Neste capítulo buscou-se sintetizar questões relevantes a respeito dos encaminhamentos de crianças e adolescentes as instituições do tipo abrigo. Nessa pesquisa, optar-se-á pela utilização do termo *acolhimento institucional*, justamente com a intenção de romper com o peso que carrega a terminologia “abrigo”, e com os tantos sentidos que foram produzidos ao longo de anos sobre a mesma, lembrando que libertar-se deste “ranço” que religa nosso pensamento ao surgimento de tantos preconceitos e estereótipos, pode ajudar-nos enquanto estudiosos da questão a desenvolver um olhar mais amplo e questionador. De orfanato a abrigo, de abrigo a acolhimento institucional, com a intenção, de dar um novo significado a esse lugar.

No decorrer da história, a infância foi compreendida de diferentes maneiras, relacionando-se a família, a Igreja, ao Estado e a tantas outras instituições perpetuadoras de valores morais, religiosos e culturais, reproduzindo os mais diversos papéis que, geralmente acabam por justificarem-se, diante de uma necessidade do controle social, a prática de recolher da rua crianças desprovidas de valores materiais provocou a construção de uma cultura de institucionalização enraizada nas formas de “assistência ao menor” (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2011, p. 30).

A assistência à infância brasileira se apresenta sobre três fases que se justapõem, a primeira fase com caráter caritativo, estende-se até meados do século XIX, a segunda de caráter filantrópico, presente na década de 60, e a terceira, a do Estado do Bem-Estar Social, ou Estado Protetor, nas últimas décadas do século XX e até os dias atuais. É importante, porém compreendermos essas fases não ocorrem de maneira linear, mas entrelaçando-se, influenciando-se em sua constituição e história (MARCÍLIO, 1998).

Desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no contexto brasileiro, se instaura uma nova visão dos abrigos. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (1990) representam uma vitória no reconhecimento dos direitos básicos e fundamentais da infância e da juventude. As leis mencionadas marcam o início de um novo modelo de atendimento a crianças e adolescentes que passam a ser significados enquanto sujeitos de direitos, em situação peculiar de desenvolvimento. A família, o Estado e a sociedade são convocados a assumirem conjuntamente a responsabilidade pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Para tanto, os recursos institucionais de atenção voltados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, bem como para suas

famílias, passaram a se configurar como medidas de proteção. Entende-se essa vulnerabilidade como um estado no qual a criança e o adolescente são expostos a situações de risco que possam corromper a sua integridade e dignidade como pessoa humana.

Michel Foucault entre outras contribuições objetivou criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos. Para Foucault (1996) em qualquer sociedade existem múltiplas formas de relações de poder que se atravessam e se deslocam ao constituir um corpo social do qual as relações de poder não estão dissociadas, mas relacionadas, circulam e coexistem. Afirma Foucault (1996, p. 12), que “o poder intervém materialmente, e atinge a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, e é situado ao nível do próprio corpo social”, acorda que o poder se manifesta na vida cotidiana e por isso pode ser apresentado nas relações exercidas em diversos níveis e em múltiplos espaços na rede social, sendo integradas ou não ao Estado. Se, para Foucault o Estado “é um instrumento específico de um sistema de poderes que não se encontra unicamente nele localizado, mas o ultrapassa e o complementa” (p.13), as leis apontam “em uma consequência política que pode servir como instrumento de luta, articulado a outros instrumentos contra essas mesmas relações de poder” (FOUCAULT, 1996, p. 13), de maneira que promovem transformações e a reorganização para o nascimento de novas perspectivas, novas estratégias e novas leis.

A Lei 12.010 aprovada em 03 de agosto de 2009, importante marco que alterou alguns dispositivos do ECA, como a nomenclatura da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VII, de “abrigo em entidade” para “acolhimento institucional”, que a expressão *acolhimento institucional* foi instituída, promovendo muitas transformações que se estendem até hoje. Veio à tona nesse momento um novo paradigma para o funcionamento das instituições que passaram a comprometer-se com a preservação dos vínculos familiares e com a convivência comunitária como sua responsabilidade, ao invés de privilegiar o instituto da adoção, passando do modelo assistencial filantrópico para um modelo de política pública que tem como base os direitos fundamentais.

Torna-se importante citar o SUAS e a Proteção Social Especial de alta complexidade - operacionalizada por serviços de atendimento e acolhimento que garantam moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido, entre outros. Proteção Social Básica como a Proteção Social Especial de média e alta complexidade, o órgão gestor da política pode fazer conveniamentos com entidades e organizações de assistência

social de natureza privada, criando assim a rede socioassistencial do município, bem como, o SGD – Sistema de Garantia de Direitos – resolução do CONANDA/2006 – articulação entre entidades governamentais e não governamentais que, de forma integrada devem assegurar promover e efetivar os direitos de crianças e adolescentes.

Pode-se considerar esse universo como um campo “em plena efervescência, reconfigurações, o que exige dos profissionais, reflexão sobre suas práticas e revisão de seus posicionamentos” (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2011, p. 30). Apontam os pesquisadores do campo que apesar de tantas mudanças, de novas leis e normativas, ainda se convivem com antigas práticas, “heranças históricas da filantropia e assistencialismo que tanto marcaram e ainda marcam este tempo”. (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2011, p. 30).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

“A maturidade das crianças é um fato biológico, mas a forma como ela é compreendida e lhe atribuem significados é um fato da cultura”
(James e Prout, 1997).

Os estudos sobre saúde mental, questões sociais e psicológicas têm seus temas emblemáticos, o fenômeno do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes não é uma exceção. Este fenômeno social se apresenta em um campo de relações e para compreendê-lo é necessário observar os significados, os sentidos que são concebidos no caso dessa pesquisa, a partir da construção científica conferida por estudiosos e pesquisadores do campo, sobre o universo que envolve o acolhimento institucional de crianças e adolescentes, suas vivências, seu cotidiano, as dificuldades por esses profissionais encontradas, sua história entrelaçada ao atual contexto histórico, social e político.

O percurso metodológico da presente pesquisa foi delineado a partir das características do estudo, protocolos de busca, classificação e análise dos dados bibliográficos o qual será descrito detalhadamente nos itens abaixo.

3.1 CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

A pesquisa proposta se caracteriza como uma revisão bibliográfica acrescentando-se oportunamente a utilização de dados qualitativos na escolha dos temas centrais e de dados quantitativos na utilização de dados bibliográficos. Desenvolvida com base em material já elaborado como livros, artigos e teses (GIL, 2007), a pesquisa bibliográfica possui caráter exploratório, pois permite maior familiaridade com o problema, aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições, complementa Gil (2007).

Este tipo de pesquisa é escolhido quando o tema a ser pesquisado é ainda pouco explorado, envolvendo as experiências das pessoas relacionadas ao problema pesquisado possibilitando um levantamento de novas hipóteses (GIL, 1991). Acordando com Gil, Marconi e Lakatos (1996) apontam que, a formulação de um problema de pesquisa, no qual a sua natureza é exploratória, tem como finalidade “desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente,

fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou para modificar e clarificar conceitos” (p. 77).

Procurou-se obter um maior entendimento sobre o assunto, compreender os diversos aspectos da realidade do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil, intencionando ampliar conhecimentos, propiciar familiaridade com o problema e realizar descrição das características destes artigos. A escolha pela utilização desse desenho de pesquisa ocorre devido às particularidades do objeto do presente trabalho, se tem a intenção de unir diferentes recortes, na tentativa de se ampliar o olhar para o universo. Para alcançar os objetivos propostos, foi realizado um estudo bibliográfico.

O processo de revisão constitui-se pelo levantamento dos artigos científicos publicados sobre a temática a ser estudada nas bases de dados pesquisadas. Essa construção tem como objetivo possibilitar o conhecimento sobre as publicações estudadas, bem como, realizar uma reflexão crítica destas.

Realizou-se um levantamento em fontes bibliográficas de artigos científicos e acadêmicos brasileiros, publicados no período de 2009 a 2015, tendo em vista a Lei 12.010 aprovada em 03 de agosto de 2009, importante marco que alterou alguns dispositivos do ECA, promovendo muitas transformações que se estendem até hoje.

Utilizou-se as seguintes bases de dados eletrônicas: Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos da CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). As bases de dados foram escolhidas considerando que estas representam o que há de mais atual e relevante no Brasil sobre a temática, tornando-se possível por meio delas alcançar os objetivos propostos.

3.2 PROTOCOLOS DE BUSCA

Os artigos pesquisados foram os publicados no período entre 2009 a 2015, escritos em língua portuguesa, no Brasil. Estudos que não se enquadrarem em tais critérios (língua e período) foram excluídos. A inclusão dos artigos ocorreu após a leitura de seus títulos e resumos, sendo selecionados aqueles que tratavam da temática estudada. Os artigos incluídos foram os que atendiam aos critérios de serem constituídos enquanto estudos que abordavam a temática do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes de forma específica, no período proposto. Foram estabelecidos como critérios de exclusão: artigos que se constituíam enquanto revisão de literatura, os

sem resumos, os não relacionados à temática estudada, que não tratavam exclusivamente da temática estudada, artigos duplicados, e estudos que não foram possíveis acessar o texto na íntegra.

Os descritores utilizados para a realização da busca integrada foram: “acolhimento institucional de crianças e adolescentes”, “acolhimento à criança”, “acolhimento ao adolescente” e “convivência familiar e comunitária”. Optou-se por utilizar os mesmos descritores nas três bases de dados pesquisadas: Portal de Teses e Dissertações da Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Portal de Periódicos da CAPES, acessada no endereço <http://www.capes.gov.br>, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), <http://www.scielo.org>, e a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), <http://www.bireme.br>.

Os artigos foram pré-selecionados por meio dos títulos e da leitura dos resumos. A partir disso todos os artigos selecionados foram estudados e aprofundados em sua leitura e conteúdo, tendo como seu alicerce o critério de inclusão que, conforme as leituras da pesquisadora indicassem debates interessantes a serem revisitados, e novos dados relevantes ao estudo, que possibilitam o surgimento de estratégias e reflexões para a prática profissional, bem como para os demais atores envolvidos com a questão, contemplando posteriormente a classificação dos artigos dentro das temáticas definidas pela pesquisadora alcançando dessa forma os objetivos específicos a que se propõe essa pesquisa.

3.3 CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a identificação inicial dos artigos a revisão sistemática foi dividida em três momentos. Inicialmente verificou-se dentre os artigos quais se encaixavam nas temáticas estabelecidas enquanto linhas condutoras. Em um primeiro momento, os artigos que tratam da temática “contexto psicossocial”, no intuito de identificar e problematizar o contexto psicossocial do qual provém essas crianças e adolescentes acolhidos e como este, pode ou não influenciar na institucionalização. Sobre a temática chamada “principais dificuldades encontradas no acolhimento institucional”, encontram-se os artigos que tratam de forma mais aprofundada das questões vinculadas à prática das políticas públicas e das diretrizes de funcionamento que estipulam e orientam as leis que protegem as crianças e adolescentes em acolhimento institucional, bem como as principais dificuldades encontradas pelos profissionais que atuam frente ao grupo estudado.

Ao fim a última temática, “propostas e desafios sobre o acolhimento institucional no Brasil”, que busca debater o que esta

surgindo no campo do acolhimento como avaliações e novas propostas a serem repensadas no intuito de buscar delinear os principais diálogos que surgem em comum, bem como as propostas nas leituras dos artigos que possuam semelhanças entre si.

A classificação e análise dos materiais encontrados foram realizadas conforme proposto por Minayo (2010), adaptado a proposta de revisão bibliográfica. Inicialmente realizamos a ordenação dos estudos encontrados, construindo uma tabela que nos fornecesse o panorama geral do material. Em seguida, a classificação dos artigos encontrados conforme a temática principal trazida por estes, e posteriormente, a definição do tema dentro dos quais se enquadrariam. A análise foi realizada a partir destes temas, em conjunto com a literatura pertinente, tendo em vista responder aos objetivos do estudo.

4 CAPÍTULO I: COTIDIANO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Totalizando a pesquisa nas bases de dados propostas, foram encontrados 191 artigos, sendo que desses, 163 artigos foram enquadrados nos critérios de exclusão por tratarem de outros tipos de acolhimento como: acolhimento hospitalar, acolhimento a partir das equipes da saúde da família, acolhimento materno, entre outros. Foram selecionados 28 artigos de acordo com os critérios de inclusão de busca e em consonância com temática a ser estudada. Sem esquecer-se de considerar a importância e a relevância da totalidade dos artigos, optou-se pelo aprofundamento em 10 artigos para análise e discussão, sendo esses considerados suficientes de acordo com o estudo, em sua capacidade de problematizar as questões acerca das temáticas e do objetivo principal dessa pesquisa (fluxograma 01).

A seguir a uma visão geral da totalidade dos artigos encontrados.

Tabela 1 - Número de artigos por descritor

<i>Base de Dados</i>	A	B	C	D
SciELO	28	4	6	11
BVS	23	16	0	5
CAPES	38	14	16	30
Total	89	34	22	46

A=Acolhimento à criança, B=Acolhimento ao adolescente, C= Convivência familiar e comunitária, D=Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes

Dentre a diversidade de assuntos e especificidades, diferenças e semelhanças encontraram-se artigos falando sobre modelos e práticas sociais que formaram a assistência à infância e a sua multiplicidade de relações; busca de novas estratégias de capacitação que atendam as exigências das orientações técnicas para os serviços de acolhimento; reintegração familiar; ações no sentido de evitar a reinstitucionalização; a questão da violência doméstica e da rede de apoio; contexto social; propostas e intervenções que promovam a qualidade das relações de cuidado; o impacto da Legislação nas instituições; Abaixo os 28 artigos pré-selecionados.

Quadro 2 - Classificação dos artigos selecionados

TÍTULO DO ARTIGO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes	2009
Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes	2010
Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção de exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento	2010
A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios	2010
Casa abrigo: solução ou problema	2010
Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças	2010
Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes	2010
Crianças e adolescentes institucionalizados, desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social	2010
Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras	2010
Políticas públicas de garantia do direito a convivência familiar	2011
A garantia do direito a convivência familiar e comunitária em foco	2011
Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos	2011
Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido as leis protetivas	2012
Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de violência e rupturas	2012
Perfil e trajetórias de educadoras em instituição de acolhimento infantil	2012
O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional	2012
Filhos afastados de suas famílias: ações e concepções dos familiares	2012
A nova lei de adoção: desafios para a reinserção familiar	2013
A nova lei de adoção: aspectos jurídicos e psicológicos	2013
As famílias de crianças acolhidas: histórias mal contadas	2013
Concepções de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional por parte dos profissionais	2013
O impacto da nova lei de adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas	2013
Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento institucional	2013

TÍTULO DO ARTIGO	ANO DE PUBLICAÇÃO
Os impasses entre acolhimento institucional e o direito a convivência familiar	2014
Acolhimento institucional na assistência a infância: o cotidiano em questão	2014
O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica	2014
Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados	2014
Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais	2015

Observando o levantamento em relação ao ano de publicação dos artigos, encontrou-se uma distribuição não equânime, sendo que, o ano de 2010 somou o maior número de textos publicados seguidos pelos anos de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. No ano de 2009 foi selecionado através dos critérios de inclusão/exclusão, apenas um texto publicado falando especificamente sobre tema. Como já falado anteriormente 10 artigos foram estudados de maneira exaustiva e embasarão a discussão dos resultados, pois sintetizam e contemplam os principais aspectos abordados pelos autores escolhidos, sendo considerados suficientes em sua capacidade de problematizar as questões propostas nos objetivos específicos desse estudo, ao trazer a partir dessas leituras, diferentes olhares, tendo em foco as principais problemáticas encontradas no Acolhimento Institucional, observou-se entre outras questões, o contexto psicossocial que envolve as crianças e adolescentes em questão, bem como uma discussão sobre os desafios e propostas existentes sobre o Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil.

O capítulo que segue buscou discutir com os artigos selecionados, as **principais, dificuldades, concepções e práticas encontradas no cotidiano do acolhimento institucional**. Dentro dessa temática estarão os artigos que tratam de forma mais aprofundada de questões vinculadas às leis, às políticas públicas e às diretrizes de funcionamento que estipulam, orientam e protegem as Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional, se desdobrando nas situações do dia-a-dia, da prática e das reflexões elaboradas pelos profissionais que atuam nessa área. Abaixo os artigos utilizados na elaboração do capítulo:

GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência a Infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, 26 (n. spe.):59-67.

CAVALCANTE, L. I. C & CORREA, L. S. (2012). Perfil e Trajetória de Educadores em Instituições de Acolhimento Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, v.42 (n.146):494-517.

IANNELLE, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W. (2015). Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.20 (n.1):39-48.

SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, I. T., & DELL'AGLIO, D. D. (2011). Reinserção Familiar de Adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, v.21 (n.50):383-391.

O cotidiano dos serviços de acolhimento institucional é permeado por modelos de práticas sociais que influenciam a assistência à infância. O artigo **“Acolhimento institucional na assistência a Infância: o cotidiano em questão”** (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014, p.58), nos auxilia a compreender os modelos de assistência, caritativo, filantrópico e do Estado de bem-estar social, partindo da hipótese de que cada um tem influência no “lugar do discurso social em que são colocadas as crianças, adolescentes e suas famílias, bem como a instituição e seus agentes” (p.58). O artigo que será discutido a seguir se refere, mais especificamente, sobre as ações dos psicólogos dentro das instituições com o intuito de construir referenciais que ajudem a nortear a prática profissional dessa categoria, embora e certamente, outros pesquisadores do campo possam se beneficiar da reflexão realizada sobre a temática.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005), ocorreu à municipalização e o reordenamento dos serviços, novas diretrizes foram criadas, atingindo o funcionamento dos serviços.

Conforme Guedes & Scarcelli (2014), as instituições de acolhimento abrangem uma multiplicidade de atores e ações, assim se constrói uma rede de comunicação com profissionais da educação, da psicologia, da assistência social, da saúde, da saúde mental, do Poder Judiciário, relacionados a ações com a família e a comunidade. Avalia-se que todas essas relações e diálogos, constituem importantes campos de trabalho. Para os autores, “o discurso é entendido como um dispositivo organizador da realidade” (p.59), sendo atravessado por um conjunto de regras que permeiam diretamente as relações, formando posicionamentos que são gerados e estão ligados aos discursos.

São apresentados como modelos de discurso, a assistência caritativa, filantrópica e a do Estado do bem-estar social. É interessante reconhecer que esses modelos atualmente coexistam no cotidiano dos serviços e “impliquem em concepções muitas vezes contraditórias entre si” (p.59), que desembocam na prática profissional.

O eixo central do modelo de assistência caritativa caracteriza-se pelas ações ligadas a Igreja Católica, inicia-se na Europa no século XIII, encontrando, no Brasil, uma influência muito forte dos jesuítas, com a colonização, na finalidade de “civilizar” os indígenas. As crianças abandonadas ou filhas da pobreza foram levadas a instituições de recolhimento, a partir do século XVII, esses lugares eram marcados pela lógica da compaixão e da caridade vinculada a religião, mas, o que se mostrou na realidade posterior foi a “sua vertente impositiva, legitimadora de relações assimétricas e sociedades desiguais” (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014, p.59-60).

O modelo filantrópico surge inicialmente na Europa, dentro do contexto da industrialização, da demanda do crescimento dos centros urbanos e do abandono de crianças. Nesse momento o conceito de infância e família tomam novos contornos e a política filantrópica torna-se um instrumento de intervenção do estado na família (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014, p.60). No Brasil as ideias filantrópicas encontraram espaço no período republicano, norteadas pelo direito e pela medicina higienista que avaliavam a capacidade da família de cuidar ou não de seus filhos, o que muitas vezes desencadeava decisões desencontradas (RIZZINI, 2011).

O modelo de bem-estar social tem contornos na década de sessenta, sendo assinalado pelas intervenções do Estado, dentro do contexto da ditadura militar. Nas práticas ligadas a infância, nesse momento “a proteção à infância considerada desvalida e delinquente misturou-se com a Lei de Segurança Nacional” (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014, p.60). Nesse período a institucionalização é marcada pela falta de critérios nas internações, com memórias de violência e uma dificuldade de diálogos entre os serviços envolvidos (SILVA, 2004).

No artigo estudado as autoras utilizam um mosaico de cenas do trabalho de uma das pesquisadoras para desenvolver a pesquisa, no decorrer da dessa este mosaico foi, diversas vezes, reescrito como apontam os dados, sendo analisado sob diferentes prismas (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014). O acolhimento, abrigo, antigo orfanato em questão datava de algumas décadas atrás e se vinculava a uma organização religiosa. Com as mudanças estabelecidas na

legislação vigente a partir de 2009 (CONANDA & CNAS, 2009), o local sofreu algumas modificações físicas e na forma de trabalho, a fim de se enquadrar aos novos parâmetros.

Dentre questões importantes o artigo traz o complexo cotidiano institucional e seus paradigmas, com suas “contradições, lacunas e excessos” (p.64), pressupondo que, “os sujeitos produzem discursos, ao mesmo tempo em que são produzidos por eles” (p.64), surgem assim às mediações entre os acolhidos, os técnicos e a comunidade e como se dão os desdobramentos desse encontro e seu diálogo com as políticas públicas. Conclui-se que problematizar com os envolvidos os posicionamentos que se desdobram e podem ser influenciados através do viés dos modelos assistenciais antigos, pode permitir e desenvolver outro lugar na escuta e na prática dos psicólogos que vivenciam tal processo (GUEDES, C. F. & SCARCELLI, I. R., 2014, p.64).

Outro artigo que vem ao encontro a reflexão, com dados relevantes a temática do capítulo é: **“Perfil e Trajetória de Educadores em Instituições de Acolhimento Infantil”** (CAVALCANTE, L. I. C & CORREA, L. S., 2012). Identificou-se a trajetória profissional, pessoal e institucional de 102 educadoras, todas do sexo feminino, que trabalhavam com acolhimento institucional na Região Metropolitana de Belém. Os resultados de entrevistas apontam que embora as educadoras possuam um grau de escolaridade elevado, muitas se sentiam despreparadas para lidar com crianças em acolhimento (CAVALCANTE, L. I. C & CORREA, L. S., 2012).

A grande maioria das entrevistadas informou ter tido alguma experiência de trabalho com crianças, anterior a experiência no acolhimento institucional. Um número pequeno, mas não menos importante de educadoras relatou ter encontrado dificuldades no período inicial de trabalho, os motivos descritos para tal foram: “precária experiência profissional para o trabalho em abrigos e com crianças institucionalizadas (21,56%) e falta de orientação e apoio da gerência e da equipe técnica à monitoria (4,9%)” (p.507), outro dado mostra que dentro de um universo de 102 entrevistadas, 63,73% responderem ter participado de cursos de capacitação nos últimos dois anos, em contrapartida 36,27% relataram não terem participado de nenhuma atividade de capacitação no mesmo período, as educadoras dizem sentir a necessidade da formação, de espaços de trocas e estudos dos casos em sua singularidade (CAVALCANTE, L. I. C & CORREA, L. S., 2012, p. 507).

Ao se fazer uma leitura dos dados publicados nos dois artigos acima, se entende como uma lacuna ou como um ponto importante a ser

repensado a capacitação dos profissionais envolvidos nessas redes, e principalmente dos que estarão convivendo cotidianamente com as crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Não se pode negar que existem problemas que são crônicos e específicos em cada instituição e na sua singularidade, mas também é preciso admitir que a capacitação dos profissionais, tenderá a ampliar e aprofundar tanto o olhar dos profissionais, como também possibilitará discussões e reflexões sobre o cotidiano do trabalho da equipe responsável em conjunto e acordando com o que se estabelece nas políticas públicas e na Legislação vigente.

Aponta o estudo de Cavalcante e Correa (2012) uma dificuldade que desemboca na contradição entre o perfil de educador e as condições de trabalho reais. Os autores trazem que a partir do relato dos educadores se apresentou com frequência, falas sobre as dificuldades encontradas no cotidiano que se relacionam as demandas de esforço físico e atenção contínua, combinada a longos turnos de plantão de serviço, o que diminui a satisfação e a qualidade do trabalho desenvolvido.

Considerar a necessidade de se respeitar na hora da contratação dos profissionais, o perfil recomendado e as exigências básicas para tal, bem como a carga de esforço físico e horário de trabalho, torna esse um importante aspecto, que, mais tarde, se espelhará na prática e na articulação das redes de apoio como um todo. Sugere-se também, investir na valorização, na formação e capacitação contínua desses profissionais para que não sejam reproduzidas falas e práticas preconceituosas que possuem suas raízes em estereótipos e em discursos a serem ultrapassados. (A **Proteção Social Especial**, desenvolvida por esses profissionais é destinada a famílias ou indivíduos vítimas de abandono, maus-tratos, violência física e psicológica, abuso e exploração sexual, uso de drogas, situação de rua, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, entre outros. As ações da Proteção Especial buscam a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, fortalecendo o exercício de das funções protetivas da família, sua auto-organização e autonomia).

Os artigos seguintes escolhidos para dar continuidade ao desenvolvimento desse segundo capítulo serão articulados por se considerar a sua complementariedade, são eles: “**Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais**” (IANNELLE, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W., 2015) e o artigo

“Reinserção Familiar de Adolescentes: processos malsucedidos” (SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, I. T., & DELL’AGLIO, D. D., 2011).

O primeiro artigo objetiva compreender melhor as condições para a reintegração familiar de crianças e adolescentes a partir de um Levantamento Nacional em 2.624 Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAI), dentro um total de 1.157 municípios, em cinco regiões do país, representando 20,8 % dos municípios brasileiros, esse levantamento teve o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). No total foram coletadas informações sobre 36.929 crianças e adolescentes acolhidos entre 2009 e 2010 (IANNELLE, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W., 2015).

Na organização dos dados obtidos através do levantamento, se analisou: a distribuição dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes - SAI, e do número de crianças e adolescentes conforme o porte dos municípios; a situação do vínculo das crianças e dos adolescentes com suas famílias no SAI; o local de residência da família dos acolhidos; situação dos irmãos que estão convivendo na mesma família, se estão na mesma unidade do SAI, acolhidos em outros serviços de acolhimento ou outras famílias, e as atividades promovidas pelo SAI, de modo a estimular e fortalecer o vínculo com as famílias de origem (IANNELLE, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W., 2015, p.43).

Um aspecto destacado pelo artigo refere-se à dificuldade em conhecer o real número de SAIS de crianças e adolescentes no Brasil, bem como o dinamismo existente na área, o que dificulta na obtenção de um cadastro nacional único. Para que seja possível um diálogo mais conciso e o aprimoramento desses serviços seria necessária à criação registros em bancos de dados e uma atualização constante realizada pelos profissionais responsáveis, o que permitiria uma eficiência maior das políticas públicas, e uma visão mais ampla dos serviços como um todo.

É de grande importância conhecer as motivações que vieram a determinar a permanência da criança e do adolescente em tais serviços, bem como a história pessoal de cada família, e os demais aspectos envolvidos que possam ter contribuído para a institucionalização e, posteriormente, as motivações para o retorno à família de origem, para que esse processo seja efetivado com segurança como preconiza a lei.

Concluem os autores Iannelli, Assis e Pinto (2015) que tanto, para uma reintegração benéfica da criança ou adolescente quanto para família, é necessário o atendimento com profissionais capacitados

dentro do SAI em articulação com a rede sócio assistencial ligada a existência de programas que subsidiem uma reinserção apropriada para todos os envolvidos, com o estudo sobre a história singular de cada caso, preconizando a educação, a saúde e a complexidade das situações vivenciada por essas famílias.

Acredita-se que aqueles que lá trabalham lutam com situações adversas para proporcionar as crianças e adolescente uma vida plena, no entanto é preciso ser críticos também em relação ao tipo de trabalho realizado, pois muitas vezes em nome da proteção e do cuidado produzimos exclusão e violação de direito⁴.

Vai ao encontro da discussão apresentada, o estudo **“Reinserção Familiar de Adolescentes: processos malsucedidos”** (SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, I. T., & DELL’AGLIO, D. D., 2011), artigo que busca compreender os porquês de a reinserção familiar ainda ser um procedimento corriqueiramente malsucedido em nosso país. Para tanto, esse estudo realizou uma pesquisa qualitativa com o foco em duas adolescentes, que passaram pelo processo de reinserção familiar e foram novamente institucionalizadas.

Na pesquisa aparece na fala das adolescentes o desejo de continuarem institucionalizadas, assim do ponto de vista delas a instituição se apresenta como “fornecedora de apoio tanto instrumental quanto emocional” (p.389). Diante de tal assertiva surgem novamente os seguintes questionamentos: como a família é trabalhada para a reinserção familiar, existe um diálogo possibilitado pela instituição para resgate e para o fortalecimento dos laços familiares? São observados e considerados a história e o contexto psicossocial do qual provém os adolescentes e as famílias, e sendo esses considerados que medidas são tomadas para auxiliar esse processo e torná-lo menos doloroso? (SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, I. T., & DELL’AGLIO, D. D., 2011)

Analisando tais dados os autores concluem que existem duas questões pertinentes para tal fracasso. Primeiramente a falta de interesse familiar no processo de reinserção além de falta de vínculos de confiança devido ao grande número de conflitos familiares, que nem sempre são trabalhados em conjunto com a equipe responsável.

Para além dessa questão familiar, parece padecer ainda por parte do Estado e das políticas públicas um plano de reinserção familiar que contemple plenamente a preparação da família e dos jovens do

⁴ Em nome da proteção e do cuidado, que formas de exclusão temos produzido? Campanha Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP lançada em 17/11/2011.

desligamento institucional para a reinserção. É sugerido, no artigo que para tanto, deveriam ser criadas equipes multidisciplinares que desenvolvam um plano singular para reinserção de cada criança ou adolescente, e que esse seja realmente priorizado em detrimento da institucionalização, já que a lei é clara ao colocar que a medida de acolhimento tem caráter excepcional e provisório. (SIQUEIRA, A. C., MASSIGNAN, I. T., & DELL'AGLIO, D. D., 2011).

A análise dos quatro artigos anteriores possibilitou uma compreensão mais ampla de alguns pontos, tais como: os modelos de assistência existentes na história da institucionalização de crianças e adolescentes e a influência do discurso e do lugar em que são colocadas as crianças, adolescentes, famílias, a instituição e seus agentes em nosso contexto, o que se reflete nas ações realizadas dentro das instituições com a intenção de nortear a prática profissional de todos os envolvidos. Essas relações e diálogos constituem-se em importantes ferramentas de trabalho que podem, até mesmo, possibilitar mudanças de posicionamentos, que se refletem em outros discursos que criam novas práticas.

Para que a reinserção das crianças e dos adolescentes seja efetiva, é necessário implicação e compromisso dos municípios, dos estados e do governo federal, em conjunto com a sociedade civil e programas públicos direcionados ao auxílio e a proteção às famílias, visando à superação das dificuldades enfrentadas que muitas vezes estão vinculadas a graves questões sociais (IANNELLE, A. M.; ASSIS, S. G.; PINTO, L. W., 2015, p.46).

Um passo à frente seria enfrentar a problemática de que não basta retirar a criança ou adolescente de sua família no intuito de “protegê-lo” e dar-lhe “direitos” se não formos capazes de compreender a complexidade e os determinantes que geram essas situações como um todo e de ofertar possibilidades de ser e de reconstruir trajetórias de vida. É razoável pensar que o problema se encontra mais profundo, e nas entranhas de nossa sociedade.

5 CAPÍTULO II: CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: INTERFACES DO CONTEXTO PSICOSSOCIAL

Nesse segundo capítulo intitulado: “Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional: interfaces do contexto psicossocial” se buscou identificar e discutir a partir do levantamento realizado, a temática do “**contexto psicossocial**” que influencia e, de qual contexto provêm as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, ou seja, nessa trajetória quais fatores influenciaram para que a criança ou o adolescente se encontrasse em situação de acolhimento. Para tal, foram selecionados quatro artigos a seguir, que sintetizam os principais aspectos do contexto psicossocial que aparecem nos artigos pesquisados, que se complementam e embasam a compreensão da temática apresentada:

CARLOS, D. M., FERRIANI M. G. C., ESTEVES, M. R., SILVA, L. M. P. & SCATENA, L. (2014). Apoio Social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v. 48 (n.4):610-700.

MOREIRA, M. I. C., BEDRAN, P. M., CARELLOS, S. D. M. S. & PASSOS, A. P. C. P. (2013). As Famílias e as Crianças Acolhidas: histórias mal contadas. **Psicologia em Revista**, BH, v. 19 (n.1):59-73.

COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C. (2009). Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22(n.1): 111-118.

ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R. (2010). Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v. 15(n.3):233-241.

A violência é um grande problema no mundo contemporâneo. O primeiro artigo, “**Apoio Social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica**” (CARLOS, D. M. et al, 2014), trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada através de grupos focais com 17 adolescentes, vítimas de violência doméstica, acolhidos institucionalmente em Campinas-SP. Segundo o artigo, os acidentes domésticos, e a violência se configuram como a primeira causa de morte envolvendo crianças e adolescentes entre 1 a 19 anos, para este grupo, o maior índice de violência ocorre dentro dos lares, e suas consequências nem sempre são visíveis, podendo se desdobrar até a fase adulta com sentimentos de desvalorização, baixa autoestima entre outros. O ambiente doméstico é aquele que consideramos que deva proteger esse

grupo. No caso da violência doméstica por haver essa omissão, considera-se que novos suportes devem ser acionados para possibilitar um melhor enfrentamento desses sujeitos às adversidades (CARLOS, D. M., et al, 2014).

Nesse sentido o apoio social se apresenta como uma alternativa de proteção relevante a ser pensada no contexto psicossocial. É importante ressaltar que se entende nessa pesquisa, apoio social, como um diálogo que envolva vínculos de amizade e informativos que estabeleçam trocas, na intenção de suprir necessidades de qualquer natureza, “implicando uma compreensão mais próxima da realidade vivida por eles e dos suportes oferecidos” (p.611). Como exemplo desse diálogo, é citado o trabalho desenvolvido por meio da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social, em sua atuação se divide em: rede de proteção básica e rede de proteção especial, sendo a primeira relacionada às instituições que buscam proporcionar autonomia às famílias, de caráter preventivo, e a rede de proteção especial, que são as instituições de acolhimento entre outros equipamentos, se dividindo entre ações de média e alta complexidade. O acolhimento institucional é considerado uma ação de alta complexidade e é realizado por Organizações governamentais e não governamentais (CARLOS, D. M., et al., 2014, p.611).

Este artigo indicou interessantes núcleos de sentidos, compreendido pelos pesquisadores e apresentados através das falas dos adolescentes, como por exemplo: “rompendo com a situação de violência”. Nesse núcleo, os pesquisadores discutiram que, a partir do olhar dos adolescentes surgiram falas sobre o apoio social recebido que os incentivou a romper com a violência doméstica vivenciada. Conforme a pesquisa os adolescentes entrevistados referenciam na maioria das vezes a família nuclear como a responsável pela violência vivenciada, já a família extensa, avós, tios, parentes que realmente não residem na mesma casa, são apontados como um veículo de apoio social e emocional (CARLOS, D. M., et al., 2014, p.611).

A escola também se apresenta no contexto do estudo como uma instituição de extrema importância no sentido da proteção, do ensino e apoio para as crianças e adolescentes acolhidos. Os equipamentos da Secretaria de Assistência Social, como centros comunitários ligados a escolas, núcleos de atendimento, projetos direcionados a adolescentes, serviços de acolhimento transitórios, como casas de passagem e o conselho tutelar, são reconhecidos a partir da fala dos sujeitos da pesquisa e pela comunidade como importantes órgãos de proteção

integral da infância e da adolescência (CARLOS, D. M., et al., 2014, p.613).

Em outro núcleo pesquisado pelos autores: “protegendo-se da situação de violência doméstica”, os pais e mães sociais foram citados como importantes pessoas a estabelecerem uma relação de confiança e segurança, bem como outros profissionais da instituição como técnicos de administração, cuidadores e monitores. Os adolescentes também se referiam a Deus e ao pastor como importantes fontes de apoio para o enfrentamento da situação vivenciada (CARLOS, D. M., et al., 2014, p.613).

A pesquisa que deu origem ao artigo aponta no sentido de visualizarmos que os adolescentes vítimas de violência doméstica acessaram importantes fontes do que os autores chamam de apoio social, como a família extensa, a escola e a comunidade, relata que essas fontes ajudaram a romper com a situação de violência vivenciada.

É indispensável retornar ao fato de que o acolhimento institucional foi uma das intervenções realizadas para a proteção desses adolescentes frente à violência. Um espaço em que, mesmo sob a forma de caráter provisório os sujeitos da pesquisa esperam encontrar apoio social e afetivo significativo para lidar com as situações que vivenciavam. O artigo sugere que futuros estudos enquadrem os vínculos institucionais para o atendimento da família sob o prisma da intersectorialidade e também sobre ações de saúde nesse âmbito, com o foco na promoção de saúde, ou seja, que paralelo ao acolhimento do adolescente, seja proporcionado a família o atendimento e o acolhimento entendido como necessário nos serviços de assistência e de saúde disponíveis (CARLOS, D. M., et al., 2014).

Observa-se, que o apoio emocional estabelecido através do diálogo e das relações afetivas, o apoio instrumental e informativo, as orientações e informações disponibilizadas sobre recursos da comunidade, o apoio comunitário e da escola influenciam diretamente o contexto psicossocial, e podem reduzir ou não o processo de exclusão, e/ou estigmatização envolvido, visto que foi observado sentimentos de medo e dificuldade nos envolvidos em lidar com uma problemática de tamanha complexidade.

O segundo artigo estudado: **“As Famílias e as Crianças Acolhidas: histórias mal contadas”** (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013). Fruto da pesquisa “O impacto das medidas protetivas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos sistemas familiares: 2009-2011” objetivou compreender a trajetória de crianças e adolescentes e suas famílias na rede de proteção. Essa relevante

pesquisa, observou um dado importante a ser pensado, que se refere a precariedade de registros existentes sobre a história pessoal de crianças e adolescentes no acolhimento institucional, os dados disponíveis são lacunares e genéricos, o que contribui para a desconsideração da singularidade de cada família e para a invisibilidade das crianças e adolescentes.

Do ponto de vista dos autores, essas “histórias mal contadas” dificultam a elaboração e a superação das vivências e das condições que geraram o acolhimento institucional. Para a política pública, acarreta ações desconectadas superpostas, e até mesmo irrefletidas pelos equipamentos que compõem a rede de proteção (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013).

Medidas anteriores ao acolhimento institucional previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) tem a intenção de preservar os laços familiares de origem, bem como o direito a convivência familiar. As medidas protetivas anteriores ao acolhimento, são as de: advertência para a família e apoio psicossocial aos pais e (ou) responsáveis, inclusão em programas sociais, programas como “bolsa família”, entre outros, de geração de renda, grupos de apoio sociofamiliar, encaminhamento para tratamento de saúde, saúde mental e atenção psicossocial, em especial para aqueles membros da família que fazem uso de drogas. Essas medidas anteriores são fundamentais e exigem da família um maior grau de adesão, e dos profissionais, muita atenção e cuidado para com as necessidades de cada família, além disso, é muito importante haver uma rede de serviços que esteja conectada e ágil, capaz de potencializar os recursos materiais e simbólicos da família para a sua reorganização e autonomia.

Quando for o caso de inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar (pessoa ou casal cadastrado) terá preferência ao acolhimento institucional, observando sempre o caráter provisório e excepcional da medida nos termos da lei, permanência de no máximo dois anos, sendo a sua situação reavaliada no máximo a cada seis meses, pela autoridade judiciária competente tendo como base um relatório elaborado por uma equipe interprofissional, no intuito de fundamentar a reintegração familiar ou colocação em família substituta. As medidas do acolhimento institucional, de inclusão em família acolhedora e inclusão em família substituta, também possuem um caráter de cuidado tutelar e são tomadas pela instância judicial (BRASIL, 2009).

O mesmo artigo surpreende-nos ao constatar que ao longo dos anos de trabalho nas casas de acolhimento institucional, muitas vezes

uma medida se antecipa as outras, o que leva a uma precipitação da retirada das crianças e dos adolescentes de seu sistema familiar, o que pode acarretar problemas ainda mais complexos, como por exemplo, o rompimento brusco dos vínculos afetivos.

A partir de um levantamento da trajetória de 20 famílias vinculadas ao sistema da rede de proteção social, cujas crianças e adolescentes receberam a medida de acolhimento institucional, foram analisados os casos de 19 crianças e adolescentes acolhidos, que viveram na instituição de acolhimento entre os anos de 2004 à 2010, considerando que medida de acolhimento tem caráter provisório e excepcional, é importante constatar que essas crianças e adolescentes permaneceram um tempo muito superior aos dois anos previstos na última revisão do ECA (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013). Esse fato aponta a dificuldade em se promover, como rede de serviços, um trabalho multidisciplinar conciso durante o período de acolhimento institucional, que tenha em foco as famílias de origem e as suas necessidades sejam elas quais forem, para que essas possam receber as crianças e adolescentes novamente.

O cenário encontrado em Belo Horizonte (MG), a partir da pesquisa documental, localizou em alguns prontuários, várias informações sobre a criança e a família, já em outros faltava até mesmo a data de nascimento das crianças. Algumas justificativas são apresentadas pelos componentes da rede para a ausência de registros, como o objetivo de minimizar a situação, sendo elas, a falta de tempo e a urgência na tomada de decisões devido à violência e a violação de direitos, encontra-se também uma resistência aos registros associada a uma exigência entendida como puramente burocrática dos órgãos gestores, entre outros. (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013).

Contudo a ausência de registros revela um fato importante a ser pensado, uma desconsideração em relação à história singular e as decisões sobre o destino dessas crianças, “como se todas as histórias fossem iguais, se repetissem, e de tanto se repetir, ficassem neutralizadas, sem causar estranheza e problematizações necessárias” (p.63). Constata-se que a falta de registros sobre o processo que levou a institucionalização ou mesmo ao retorno a família de origem, revela “uma sujeição desses protagonistas a condição passiva de protegidos e tutelados pelas políticas públicas” (p.63), demonstra a sua fragilidade e que os registros encontrados são restritos e se limitam a procedimentos técnicos geralmente sem declarações sobre o ponto de vista das crianças e adolescentes ou mesmo de suas famílias (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013, p.63).

As “histórias mal contadas” são o tema central desse expressivo artigo estudado na elaboração desse capítulo. Coloca-nos a refletir sobre as lacunas que surgem sobre essas crianças e adolescentes em posição de anonimato, subtraindo suas histórias de vida, e por vezes os estigmatizando como uma categoria de identidade: “a criança abrigada”, “o adolescente abrigado”, “a criança abandonada”, “o adolescente abandonado”, “violentado”, se perdendo o seu nome, a sua singularidade.

Observou-se que embora se tenha mudado a nomenclatura em textos oficiais de “abrigo” para “acolhimento institucional”, essas crianças e adolescentes continuam sendo chamados de “abrigados” e as casas de acolhimento de “abrigo”, o que reforça os estigmas já enraizados sobre esses atores sociais, “o menino do abrigo”, “a menina do abrigo”, que sem voz, se tornam cada vez mais distantes de serem autores da própria história.

Propõe-se então, pensar a complexidade desse universo, pois, conforme os autores, “as crianças, em suas singularidades, desaparecem nos registros de suas histórias” (p.64), de maneira que a memória se perde e com ela a potencialidade de elaborar vivências que possam ser ressignificadas e (re)construir um projeto de vida (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013, p.63-64).

Existe no desenrolar do texto um tom de denúncia que chama atenção para a falta de registros ou a ausência deles, e como esse fato também contribui para a fragmentação e dificuldade de comunicação entre os diversos serviços envolvidos, o que se desdobra na cronicidade da situação da criança e da família na rede, fato que, pode acarretar, posteriormente, a vivência de “sucessivos acolhimentos sem a atenção especial às causas da sua reincidência na rede de apoio e proteção” (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013, p.68). Histórias mal contadas auxiliam em decisões precipitadas de desligamento ou retorno as famílias de origem.

Considera-se, como um primeiro passo, que é preciso buscar a complexidade das situações, que revelam os pontos de desconexão, fragmentação das redes de apoio e proteção, para se poder repensar novas formas de atuação e a possibilidade de ambientes de trocas entre os técnicos, conselheiros, educadores e demais envolvidos na temática, com o intuito de se defender “uma relação única e diferenciada para cada família com seus filhos” (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013, p.70). Revela-se a necessidade de encontrar meios de promover uma articulação mais fluída entre os diversos pontos e de se trabalhar com os profissionais envolvidos a importância de se dar o merecido valor a

história de cada criança, adolescente, família, e o quanto isso pode ajudar prol do verdadeiro direito a convivência familiar e comunitária.

Já o artigo: **“Acolhimento Familiar: Uma Alternativa de Proteção para Crianças e Adolescentes”** (COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C., 2009), contextualiza o acolhimento institucional, considerando esse como uma medida de proteção possível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Discute referenciais teóricos que falam sobre as relações de vínculo afetivo em situações de acolhimento, argumenta que ao fomentar uma nova cultura de acolhimento são necessárias mudanças nas concepções de infância e juventude, nas significações de vinculação afetiva e nas políticas de assistência a infância e a juventude (COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C., 2009).

Traz autores como Bowlby (1979/1997) e Rutter (1972) que se contradizem, o primeiro traz que rompimento dos vínculos familiares e do vínculo materno deixaria marcas profundas e prejudicaria a criança no seu desenvolvimento. Acreditava que a privação materna favoreceria a origem de uma psicopatologia, que para o autor estaria associada a vivência institucional. Em contraponto, Rutter (1972) teceu críticas bem fundamentadas a respeito das ideias de Bowlby (1979/1997), a partir de estudos com pacientes psiquiátricos e (ou) crianças institucionalizadas, observou que as patologias das crianças se relacionavam mais, com as péssimas condições de institucionalização da época, do que com a privação materna mais especificamente (COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C., 2009).

Observa-se uma tendência a patologização ou supervalorização de contextos em que a criança fica institucionalizada, retirando-se o valor de outros vínculos afetivos, como com outros membros da família ou cuidadores desconsiderando-se, dessa forma, o dinamismo e o pluralismo das relações familiares e as práticas que são marcadas por esse contexto, junto à cultura em que estão inseridas (Rossetti-Ferreira, 2006). O preconceito e as ideias negativas que permeiam os mais diversos âmbitos sociais, tanto no discurso do senso comum, como do meio científico, de forma que as visões teórico-metodológicas de algumas áreas contribuem na construção de realidades sociais que influenciam o desenvolvimento e a qualidade de vida das pessoas, o que pode em alguns casos gerar um movimento “naturalizado” de exclusão em locais de acolhimento institucional para crianças e adolescentes.

Esta é a questão fundamental que nos leva à excepcionalidade e à potencialidade das chamadas famílias acolhedoras, regularizadas como medida de proteção a partir da Nova Lei de Adoção, Lei 12.010

(BRASIL, 2009). O acolhimento familiar tem como objetivo proteger a criança e o adolescente que esteja em situação de risco e que, por algum motivo, precise se afastar do convívio familiar. Várias razões podem motivar o acolhimento: os pais podem estar cumprindo pena, hospitalizados ou serem autores de violência doméstica, por exemplo.

A família é previamente cadastrada e acolhe, em sua casa, por um período de tempo determinado, uma criança ou adolescente. Isto não significa que a criança vai passar a ser filho da família acolhedora, mas que vai receber afeto e convivência desta outra família até que possa ser reintegrado à sua família de origem ou, em alguns casos, ser encaminhado para a adoção. Daí a importância dessa modalidade que se insere como uma nova alternativa ao Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil. Ao invés do encaminhamento para instituições de acolhimento, onde as crianças e adolescentes serão tratados numa abordagem coletiva, a ideia da família acolhedora busca respeitar a individualidade dessas crianças e adolescentes, dedicando um olhar responsável e cuidadoso para a resolução de cada problemática em particular.

O artigo leva em consideração que o acolhimento familiar ajuda na construção de laços afetivos e garante o direito a convivência familiar. Não obstante, questiona “como os programas estão concebendo a possibilidade de uma criança ou adolescente vincular-se a uma ou mais famílias de acolhimento e depois retornar a família de origem? E, ainda, como manter o vínculo com a família de origem?” (COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C., 2009, p.116.) Para responder tais questões, torna-se importante compreender que no desenvolvimento afetivo é necessário se desfocar das relações diádicas e buscar as significações em que os sujeitos estão imersos.

Encontra-se então em discussão “como as equipes dos programas de acolhimento familiar estão significando o processo de vinculação afetiva daqueles envolvidos no acolhimento” (acolhidos, família acolhedora, família de origem). Para tanto, é de grande importância o desenvolvimento de projetos, conforme apontam as diretrizes do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária⁵, junto a uma articulação entre os diferentes serviços e dispositivos que envolvem a rede de apoio (COSTA, N. R. A. & ROSSETTI-FERREIRA, M. C., 2009, p.116).

⁵ Disponível em: http://www.direitosdacrianca.org.br/midia/publicacoes/plano-nacional-deconvivencia-familiar-e-comunitaria-pncfc/at_download/arquivo

Em algumas cidades, os programas oferecem auxílio financeiro para a família que acolhe uma criança ou adolescente. Estes valores podem ser fixos ou variar de acordo com a idade do acolhido. É importante lembrar que o profissionalismo da equipe que acompanha as famílias vai evitar a procura por motivos de interesse financeiro. É fundamental lembrarmos que o programa não pode prescindir do apoio à família de origem, pois, neste caso, estará incompleto. É importantíssimo que medidas evitem que aconteça com os programas de acolhimento familiar o que vem ocorrendo em muitos municípios, nos quais, após a colocação da criança no acolhimento institucional, não haja nenhuma ação efetiva para que ela volte para a sua família de origem, levando a situações, infelizmente muito comuns, de crianças e adolescentes que ficam institucionalizados durante anos.

O último artigo selecionado para o capítulo leva o título: **“Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças”** (ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R., 2010). Trata-se de um estudo que buscou compreender os fatores implicados no desenvolvimento psicossocial de uma instituição de acolhimento de crianças (0 a 6 anos), a partir da análise de contexto, tendo em base a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, essa teoria tem como seu método a inserção ecológica. Na inserção ecológica os pesquisadores trabalham para sistematizar quatro núcleos: processo, pessoas, contexto ecológico e tempo. Os resultados da pesquisa se focaram mais no contexto ecológico, tendo em vista o volume do material coletado.

Discutem os autores as questões que surgem através de uma análise qualitativa dos dados coletados a partir do diário de campo, da equipe técnica, dos educadores sociais, prontuários, relatórios técnicos das crianças, o contexto ecológico da instituição de acolhimento selecionada para pesquisa.

O artigo aborda o microsistema, o mesossistema e o macrosistema da instituição de acolhimento de forma mais aprofundada, sendo o microsistema vinculado a um caráter estrutural, execução, características de funcionamento e relações interpessoais com outros microsistemas como a família, seja ela nuclear, extensa ou substituta, escola, Conselho tutelar, Unidade de saúde, Comunidade entre outros (ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R., 2010).

O mesossistema é o que faz a relação entre sistemas maiores e sistemas menores, como mesossistemas relacionados ao lazer (praias, parques, circo), a relação com a rede de saúde (atendimentos odontológicos, psicológicos, médicos), o mesossistema abrange também

o Conselho Tutelar como órgão encaminhador das crianças. A pesquisa captou também, por meio de conversas informais registradas nos diários de campo, o que se chama de exossistemas, ou seja, outros sistemas que se relacionam as crianças, mas dos quais elas não participam diretamente, como o Plano Nacional de Promoção, Proteção Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, que atua direcionando a prática psicossocial da equipe técnica, o Conselho Tutelar e o Juizado atuam no encaminhamento das crianças e adolescentes as instituições de acolhimento, com a função de direcionar ou não os pareceres de destituição do poder familiar em conjunto com o Ministério Público. Como exossistema também é citado o CRAS e a ONG mantenedora com papel de diretoras desse grupo a programas socioassistenciais, junto às equipes técnicas que desenvolvem um serviço de atendimento psicossocial (ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R., 2010).

Surge por fim no desenrolar da discussão do artigo o macrossistema, “conjunto de crenças, ideologias e estereótipos de uma dada cultura ou subcultura” (ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R., 2010, p.238). Nesse contexto aparece o discurso da equipe técnica e das educadoras a respeito das famílias e das crianças, relacionado a conteúdos de pobreza e abandono. Uma visão da criança desprotegida vinculada estreitamente a sua condição social.

Existem outros autores que trazem apontamentos sobre essa questão, para reforçar a emergência desses conteúdos, outras pesquisas, em que a pobreza vem sendo apontada como maior causa da institucionalização, e também, a principal dificuldade encontrada para o retorno das crianças ou adolescentes para as famílias de origem (SILVA, 2004; RIZZINI E RIZZINI, 2004; PURETZ E LUIZ, 2007). Percebe-se, assim, que mesmo que a lei coloque que a falta ou carência de recursos não constitui motivos suficientes para a perda ou suspensão do poder familiar, esse fato continua a se repetir no cotidiano dos serviços.

A pesquisa concluiu dentre outras questões interessantes, que o microsistema e o mesossistema são os níveis em que as crianças realizam o maior número de atividades, estabelecendo inúmeras interações com as pessoas, com os objetos e com os símbolos, sendo que a rede de apoio formada por órgãos governamentais e não governamentais, “é um elemento essencial para o desenvolvimento das crianças” (p.240). Sugere-se assim que é de grande valia investir na formação e manutenção de projetos de capacitação para os trabalhadores para que esses, melhor possam lidar com “crianças e adolescentes com histórico de privação material e emocional, contribuindo para a

desmistificação de alguns ideários do macrosistema, fortalecendo a instituição como espaço de proteção para seus acolhidos” (ROSA, E. M., SANTOS, C. R. & SOUZA, M. R., 2010, p.240).

Diante do estudo realizado sobre os quatro artigos selecionados para discussão do segundo capítulo compreendeu-se de maneira mais aprofundada as interfaces do contexto psicossocial que influenciam direta ou indiretamente as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Mudar uma cultura de acolhimento que tem raízes na institucionalização de crianças e criar novos dispositivos de proteção, não é um processo rápido e simples. Se despir de práticas antigas de institucionalização, marcadas pelo estigma de que as famílias cujas crianças e adolescentes que precisam de acolhimento são marginalizadas e incompetentes e, por isso, devem ser afastadas da convivência, é um desafio complexo (RIZZINI, et al., 2007).

O momento é de assumir que, para trabalhar com essa realidade, precisamos de uma diversidade de acolhimento (acolhimento familiar, casas lares, repúblicas para os adolescentes que completam 18 anos), de acordo com as especificidades de cada situação, desde que todas sejam desempenhadas com qualidade e compromisso, o que envolve qualidade de ambientes, de pessoal, de capacitação inicial e em serviço dos profissionais envolvidos, conhecimentos técnicos e habilidades emocionais (MOREIRA, M. I. C., et al., 2013, p.117).

Sobre os artigos estudados é indispensável ressaltar alguns pontos como a violência doméstica sendo a principal causa de danos físicos e emocionais profundos, e até mesmo de estatísticas de mortes de crianças e adolescentes entre 1 e 19 anos, denotando necessário rever o funcionamento dos suportes acionados anteriores ao acolhimento e a possibilidade de novos suportes a serem criados no enfrentamento de tais adversidades.

O apoio social (família extensa, escola, religião, comunidade, Conselho Tutelar, projetos direcionados, técnicos, pais e mães sociais, cuidadores e monitores, entre outros) como alternativa de proteção a ser pensada dentro dos contextos psicossociais.

A precariedade dos registros sobre a história pessoal de crianças e adolescentes é um fato que contribui para a desconsideração da singularidade de cada família e de cada criança e adolescente, bom como, uma tendência à supervalorização dos contextos em que os sujeitos ficam institucionalizados, onde se perde o valor dos vínculos afetivos com membros da família extensa e com membros das equipes de acolhimento e a importante missão de se compreender os fatores

psicossociais, culturais, implicados no desenvolvimento das instituições de acolhimento.

De acordo com Souza (1994) em resposta a uma ética de exclusão, a sociedade brasileira e cada cidadão em específico estão desafiados a praticar uma ética da solidariedade, que exigirá que se criem novos paradigmas de compreensão dos nossos problemas sociais e soluções plurais e criativas. Faz-se importante ressaltar que os artigos se complementam ao trazer ao conhecimento público, diferentes olhares, que nos auxiliam a articular e fomentar questionamentos sobre a temática do acolhimento, e que, acredita-se possível futuramente serem esses questionamentos as sementes para a criação de novas estratégias que apontem na direção de se repensar constantemente a prática profissional dos equipamentos e serviços envolvidos na rede, em consonância com as políticas públicas existentes, tendo em vista que esse diálogo se vincula diretamente ao que ocorre no cotidiano, e influencia a vida e o destino de milhões de famílias, crianças e adolescentes.

6 CAPÍTULO III: O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: PROPOSTAS E DESAFIOS

Debater os desafios e propostas sobre o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil é um tema de grande relevância científica e social diante da implementação das novas diretrizes nos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, a partir a Lei 12.010 aprovada em 03 de agosto de 2009.

Entende-se que, os artigos utilizados nesse estudo retratam a produção teórica deste campo neste período e destacam os desafios e propostas acerca do acolhimento de crianças e adolescentes. Esse último capítulo busca sintetizar os principais diálogos que surgem em comum, e se relacionam ao funcionamento dos serviços, reunindo os desafios e as propostas apontadas por dois artigos e dois livros, que irão embasar essa discussão:

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. ALMEIDA, I. G. COSTA, N. R. A. GUIMARÃES, L. A. MARIANO, F. N. TEIXEIRA, S. C. P. & SERRANO, S. A. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.25 (n.2): 390-399.

SILVA, M. L. & APRINI, D. M. (2013). O Impacto da nova Lei Nacional de Adoção no Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. **Psicologia em Estudo/BH**, v.19(n.3):422-440.

O primeiro artigo, “**Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas**” (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012), trata de um texto coletivo, que fala sobre experiências de pesquisa e intervenção de um subgrupo do CINDEDE-USP, (Centro de Investigações sobre o Desenvolvimento Humano e Educação Infantil da Universidade de São Paulo), chamado GIAAA (Grupo de Investigações sobre Abrigamento, Acolhimento Familiar e Adoção).

Esse grupo busca compreender a rede de significações que envolvem o Acolhimento Institucional, Familiar e a Adoção. Para contribuir na promoção de políticas públicas e práticas sociais de qualidade na área da proteção à infância e juventude. Investigam diferentes contextos e atores sociais, como o sistema judiciário, acolhimento, mães, famílias de origem, adoção entre outros. Os

procedimentos utilizados foram estudos de caso, entrevista, pesquisa documental e investigações sócio demográficas.

Conforme os autores,

Velhos e novos jogos de poder permeiam todo esse processo de transformação, fortemente marcado por resistências a um necessário trabalho transdisciplinar em rede para o efetivo enfrentamento dos problemas. (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012, p.391).

Em ambos os contextos é possível perceber que a criança ocupa um lugar de “desamparada”, ainda marcado pelos resquícios de uma ideologia filantrópica ou ainda assistencialista (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012).

Vale retomar que as políticas públicas atuais têm apostado em contribuir no sentido de desfazer a cultura de institucionalização de crianças e adolescentes, mesmo que suas diretrizes gerais ainda não tenham sido totalmente implementadas em nosso país. As políticas de assistência de alta complexidade se encontram em um momento de intensas redefinições, no país e no exterior, através de novos contextos, planos, declarações e leis nacionais.

Observou-se a emergência de pesquisas que buscam compreender o acolhimento institucional de forma mais localizada, assim como também iniciativas que buscam qualificar essas instituições.

Dentro do universo das leis, destaca-se como central nesse estudo a Lei 12.010 (2009) – Lei de Adoção – que entrou em vigor em 04/11/09. Questões importantes sobre a prática dos serviços de acolhimento foram modificadas a partir dessa lei. Dentre as quais vale destacar que a situação de toda criança ou adolescente deve ser reavaliada a cada seis meses, com o limite de dois anos como tempo máximo em acolhimento, a prioridade de reintegração da criança ou adolescente a sua família de origem, a escuta da criança e do adolescente, bem como a criação de um PIA - Plano Individual de Atendimento (BRASIL, 2009).

Nos estudos relatados sobre o acolhimento institucional destacou-se o “desconhecimento que se tinha dos programas e o precário sistema de registros dessas instituições” (p.394), evidenciando o quanto o fenômeno do acolhimento é desconhecido, até mesmo para o nível do governo federal. Algumas iniciativas locais estão trabalhando no sentido de tentar quantificar o número de crianças e adolescentes acolhidos,

dentre elas: Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ-SP), Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, Fundação Orsa & Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Criança e o Adolescente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012).

Constatou-se também através dos artigos, uma invisibilidade da família de origem, traduzida pelo desconhecimento da família e pela falta de informações básicas, como profissão, escolaridade ou encaminhamento para programas de apoio. Buffa, Pauli-Teixeira e Rossetti-Ferreira (2010) desenvolveram um estudo de caso com quatro crianças e adolescentes institucionalizados objetivando investigar as dificuldades de aprendizagem escolar, a partir de suas narrativas. Notou-se que a dificuldade de aprendizado fica quase que apagada diante de uma vivência escolar conflituosa, percebeu-se também um silenciamento no (não) narrar das crianças que pode ser atrelado ao fato de que nem na escola, nem no acolhimento essas se sentem seguras para se manifestarem e serem ouvidas.

Alguns pontos em comum foram encontrados nos estudos, dentre eles, é essencial falar novamente da “invisibilidade da família de origem”, o que revela a fragilidade desses sujeitos, que em grande parte, são fadados a uma generalização de adjetivos relacionados a “pobreza”, “negligência”, “drogadição” e “doença mental”. Embora o ECA (1990), determine que a destituição familiar não possa ocorrer por motivo de pobreza, o que se vê na realidade é que esse foi um dos pontos referidos em 40% dos processos, o que exige de todos nós profissionais um olhar mais crítico e criterioso para avaliar o que está para além da retirada do sujeito de seu convívio familiar, como a insuficiência de políticas públicas de emprego e moradia, saúde e educação e suporte psicossocial para essas famílias e a suas necessidades (SERRANO, 2008).

Outro dado interessante apresentado pelo artigo é que os estudos apontam que “em situação de acolhimento, abrigamento e adoção, a criança é o sujeito menos ouvido” (p.396), muito se fala dela e pouco se escutam seus, medos, sentimentos e motivações, vai sendo traçado seu caminho sem sua participação, sendo assim é comum que a criança ou adolescente desconheça as razões de sua permanência no acolhimento, ou quanto tempo continuará nessa situação ou mesmo o que irá acontecer com ela depois. O que se apresenta é que “na tentativa de amenizar o sofrimento das crianças, o passado lhe é negado” (p.396), consequentemente sua história de vida e possibilidade de futuro (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012, p.396). Cabe nesse

momento citar o livro **“Cada caso é um caso: a voz das Crianças e dos Adolescentes em Acolhimento Institucional”** (BERNARDI, 2010), e embora não se tenha aqui a pretensão de aprofundar a obra, considera-se uma brilhante leitura para os profissionais e estudiosos do tema, pois entre outras questões e debates levantados por trabalhadores atuantes na área, nos clarifica de uma forma aprofundada a importância do Plano Individual de Acolhimento – PIA, no qual a criança e o adolescente participassem como sujeitos ativos, para que o plano responda de fato às suas peculiaridades de pessoas em desenvolvimento, onde fica claro que seria muito importante que a criança e o adolescente fossem ouvidos de maneira atenta e cuidadosa, e que recebessem dos profissionais todas as informações possíveis referentes à sua situação. Cada caso é único e para compreender as crianças e adolescentes, precisamos considerar o que é singular e plural em cada sujeito e no contexto em que está inserido.

A articulação e o diálogo entre os diferentes contextos envolvidos, junto às famílias e as crianças e adolescentes para que aconteça um efetivo trabalho psicossocial e em rede na direção de um desenvolvimento integral desses sujeitos e de seus direitos se fazem fundamentais. Medidas anteriores ao acolhimento que garantam as famílias de origem boas condições de emprego, saúde, moradia e educação, entendendo-se que estas condições já diminuiriam, em grande parte, o número de crianças abrigadas (ROSSETTI-FERREIRA, M. C., et al., 2012).

Vinculando-se ao artigo apresentado acima, torna-se relevante falar, mesmo que de maneira sucinta, sobre o livro **“O acolhimento institucional na perspectiva da criança”** (ROSSETTI-FERREIRA; SERRANO; ALMEIDA, 2011), uma obra que contém itinerários de diferentes pesquisas com diversos autores, que tem em foco, a escuta cuidadosa de crianças e adolescentes em acolhimento institucional. O livro tem o intuito de trazer a luz, ambientes coletivos como eixo de debates acadêmicos em busca de indicadores que possam fertilizar novas práticas, tornando-se uma importante referência a quem busca conhecer a temática e também para os profissionais que atuam na área.

Complementa as temáticas acima o artigo, **“O Impacto da nova Lei Nacional de Adoção no Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas”** (SILVA, M. L. & APRINI, D. M., 2013), objetivando entender as modificações que ocorreram a partir da Lei Nacional de Adoção, Lei 12.010/2009, tanto já citada nesse estudo. Surgiu de uma pesquisa qualitativa realizada com oito psicólogos e assistentes sociais

que trabalhavam em instituições de acolhimento no interior do Rio Grande do Sul.

O que se modificou do ECA (Lei 8.069, 1990, art. 19) para a Lei 12.010/2009, é que o ECA definia a medida de proteção como de caráter temporário e excepcional, no entanto não definia o tempo máximo de estadia da criança ou adolescente em acolhimento, já a Lei 12.010/2009 (art. 101) veio reforçar essa ideia ao colocar que a situação jurídica da criança ou adolescente deve ser reavaliada a cada seis meses, estipula o tempo máximo de dois anos de permanência em acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda o interesse da criança ou adolescente, traz de forma clara que a reintegração com a família de origem terá preferência em relação a qualquer outra ação e institui a elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento).

Dentre dados importantes apresentados no estudo, constatou-se que houve uma mudança na escuta dos acolhidos e uma maior valorização sobre o resgate das histórias de vida, bem como a presença do Plano Individual de Atendimento para cada criança e adolescente a partir da Lei 12.010/2009, propondo-se a uma relação mais próxima entre a família e a instituição. Essas modificações tendem a estreitar os laços entre as instituições de acolhimento e o judiciário o que estimula certamente o retorno à convivência familiar dos sujeitos envolvidos, vai de encontro ao artigo anterior quando se fala sobre a “invisibilidade das famílias”. A partir de 2009 no campo do acolhimento institucional, as relações entre a família e a instituição se tornaram fundamentais, tendo em vista a reintegração familiar e a inclusão da família no plano de individual de cada criança e adolescente (SILVA, M. L. & APRINI, D. M., 2013). Agora a nós profissionais resta trazer esse discurso para a prática dos serviços, e certamente será um grande desafio.

Existe também um ganho positivo relatado por parte das equipes técnicas em consequência da Lei 12.010/2009, um exemplo disso é que em uma das cidades onde foi realizado o estudo até o ano de 2001 não existiam ainda nos serviços de acolhimento, técnicos de Psicologia nem de Serviço Social, o que o que dificultava a reintegração familiar e um diálogo entre as crianças, adolescentes e seus familiares, mudanças essas que advêm das alterações propostas pela legislação vigente (SILVA, M. L. & APRINI, D. M., 2013). Imprescindível lembrar que:

O momento e a forma de entrada na instituição demarcam as possibilidades de saída da entidade. Isso significa que todas as atitudes de recepção são significativas para a qualidade do percurso

que a criança e o adolescente poderão ter nas demais etapas do processo de acolhimento (Bernardi, 2010, p.100)

Nota-se que existe uma necessidade de se ter muito cuidado com esses sujeitos que estão fragilizados, atenção para que o trato dos profissionais envolvidos não contribua para a introjeção de mais sofrimentos que possam fazer a criança ou o adolescente se sentir “culpado por tudo que lhe aconteceu e que esse é um assunto que deve ser silenciado”, a criança e o adolescente trazem consigo as marcas de sua vida institucional e familiar, ouvir suas histórias é essencial para que possam se sentir verdadeiramente acolhidas (SILVA, M. L. & APRINI, D. M., 2013, p. 431). O artigo ressalta que os profissionais entrevistados por essa pesquisa parecem estar em sintonia com os parâmetros da nova legislação, muito embora se sintam angustiados ao lidar com situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes, o que demonstra que o trabalho realizado deve ser vinculado a constantes supervisões que possibilitem o melhor desenvolvimento dos serviços e reflexões multidisciplinares.

Nesse último capítulo podemos ter uma compreensão de que existe uma rede de significações em torno do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil, e se faz imperativo um trabalho em rede de forma fluída, o que auxilia no desenvolvimento das diversas questões implicadas com esse contexto. As pesquisas mostram que ainda existe uma invisibilidade da família de origem, fadada muitas vezes a generalizações, assim como uma necessidade de se dar voz as crianças e adolescentes como protagonistas de suas histórias.

Com a Lei 8.069/2009 constatam-se tímidas, mas significativas mudanças como a inserção de novos atores sociais, como o psicólogo nas equipes técnicas e na criação do Plano Individual de Atendimento – PIA, conjunto a tentativa de se manter uma relação mais estreita entre família, instituição e o judiciário, e os demais dispositivos da rede de atenção psicossocial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Brasil tem passado por profundas transformações. Torna-se responsabilidade não só das políticas públicas e dos profissionais envolvidos, mas de nossa sociedade como um todo, refletir sobre esse tema. As várias pesquisas e discussões estudadas vão ao encontro da necessidade de se repensar o acolhimento e o seu impacto na vida dos atores envolvidos.

De acordo com Souza (1994) em resposta a uma ética de exclusão, a sociedade brasileira e cada cidadão em específico estão desafiados a praticar uma ética da solidariedade, que exigirá novos paradigmas de compreensão dos nossos problemas sociais e soluções plurais e criativas.

Este estudo ressaltou, através de recortes observados em cada artigo selecionado, a necessidade de se continuar a problematizar os diferentes modelos de assistência (caritativo, filantrópico, Estado do Bem-estar Social) presentes na história do Acolhimento de Crianças e Adolescentes, e como esses modelos produzem discursos que permeiam até os dias atuais a prática e o imaginário dos profissionais envolvido nesse processo. Identificou-se que os educadores que dividem seu cotidiano com os serviços de acolhimento, sentem a necessidade de serem valorizados e de uma formação contínua e disponibilidade dos gestores de se criarem espaços de trocas de experiências e estudos dos casos em sua singularidade. Os Serviços de Acolhimento Institucional devem estar articulados a rede sócio assistencial e a programas que subsidiem uma reinserção familiar efetiva e consonante com a singularidade da história de cada sujeito.

Compreender o contexto psicossocial se faz importante, valorizar as fontes de apoio social como a família extensa, a escola, a comunidade, que estão implicadas diretamente com esses atores sociais, buscar o atendimento da família sob o prisma da intersetorialidade, para que paralelo ao atendimento dos acolhidos seja priorizado o atendimento e por que não dizer, o acolhimento da família de origem em conjunto com os serviços de assistência e de saúde disponíveis. É cabível aceitarmos e revermos nossos posicionamentos, ao entender que histórias mal contadas, aonde os dados e os registros são lacunares, dificultam a elaboração e superação das vivências e das condições que geraram o acolhimento, acarretam ações por vezes desconectadas, pelos equipamentos que compõem a rede de atenção psicossocial neste setor.

Existe ainda uma invisibilidade das crianças e adolescentes em acolhimento institucional, de suas famílias e histórias de vida, fadada muitas vezes a generalizações, assim como uma necessidade de se escutar as crianças e adolescentes enquanto protagonistas de suas histórias, bem como, a necessidade permanente da garantia de acesso a saúde, educação, moradia, trabalho como fatores determinantes na reintegração familiar e comunitária. A precariedade dos dados – história mal contada – por que são iguais, são cansativas e o registro se torna mera tarefa burocrática – não fala de sujeitos. É como se fossem histórias que não interessam, são naturalizadas. Esse é um aspecto muito relevante da institucionalização de crianças. E claro que essa precariedade impacta no cotidiano de trabalho, a revitimização inclusive dessas crianças que precisam ficar repetindo sua história a cada um que chega. Isso se relaciona com os discursos que permeiam essas práticas (da caridade, da filantropia, do bem estar social).

Enfrentar a possibilidade de que não basta retirar a criança ou adolescente de sua família no intuito de “protege-lo” e dar-lhe “direitos” se não formos capazes de compreender a complexidade e as causas do que geram essa situação como um todo, pensar que o problema se encontra mais profundo, e nas entranhas de nossa sociedade.

É importante observar que os artigos se complementam ao trazer ao conhecimento público, diferentes facetas e olhares, que nos auxiliam a fomentar questionamentos sobre a temática do acolhimento, cumprindo assim o objetivo a que se propôs essa pesquisa, e que, acreditam-se possíveis serem esses questionamentos quiçá futuras sementes rumo a se repensar estratégias que apontem na direção de se questionar constantemente a prática profissional dos serviços envolvidos, e das políticas públicas existentes, tendo em vista que essa articulação recai diretamente sobre a vida e o destino de milhões de famílias, crianças e adolescentes.

Sugere-se a constância de estudos sobre o uso do Plano de Atendimento Individual, instrumento esse que possibilita a escuta das crianças e adolescentes em acolhimento bem como a escuta da família, fator que esta ligado diretamente a possibilidade de reintegração. Permanece a necessidade de estudos que possam escutar de forma ampla os profissionais para que esses possam auxiliar na construção de diretrizes de funcionamento, na criação de espaços de trocas, para que eles mesmos e os novos profissionais a serem inseridos possam sentir-se responsáveis e preparados para novas descobertas e para lidar com os instrumentos disponíveis, constituindo essas relações e diálogos importantes ferramentas de mudança que podem até mesmo possibilitar

novos posicionamentos que se refletem posteriormente em discursos que criam as práticas.

Por fim, considera-se que com a Lei 12.010/2009 ocorreram significativas mudanças no âmbito do acolhimento de crianças e adolescentes, como a inserção de psicólogos e assistentes sociais nas equipes técnicas, e espera-se que essas mudanças continuem a ressoar na rede de significações em torno do acolhimento institucional, sendo expressivo e continuamente indispensável um trabalho em rede de forma fluida, o que auxilia no desenvolvimento das diversas questões implicadas com esse contexto.

Red Zone “Infância Roubada”⁶

*“Tua Infância foi roubada
Abandonada, quantas vezes pensei em fugir,
Fugir daqui,..Fugir daqui,..Fugir,..
Tu falas do que não sabe, tu falas do que não sentes,
Tu falas do sofrimento, eu sei que tu mentes
Desde o primário avançado, que a vida mostra os dentes*

*Tu falas do perdão, e tu num copo, diz..
Como tu falas da fome se tu nunca sentistes
Eu conto a minha história e logo tu vez que existe
A história do rapaz, a história dos mais tristes
Cuja a mãe lutadora, trabalha o dia inteiro,
O pai com as suas bebidas, tu nunca estivestes em primeiro,..*

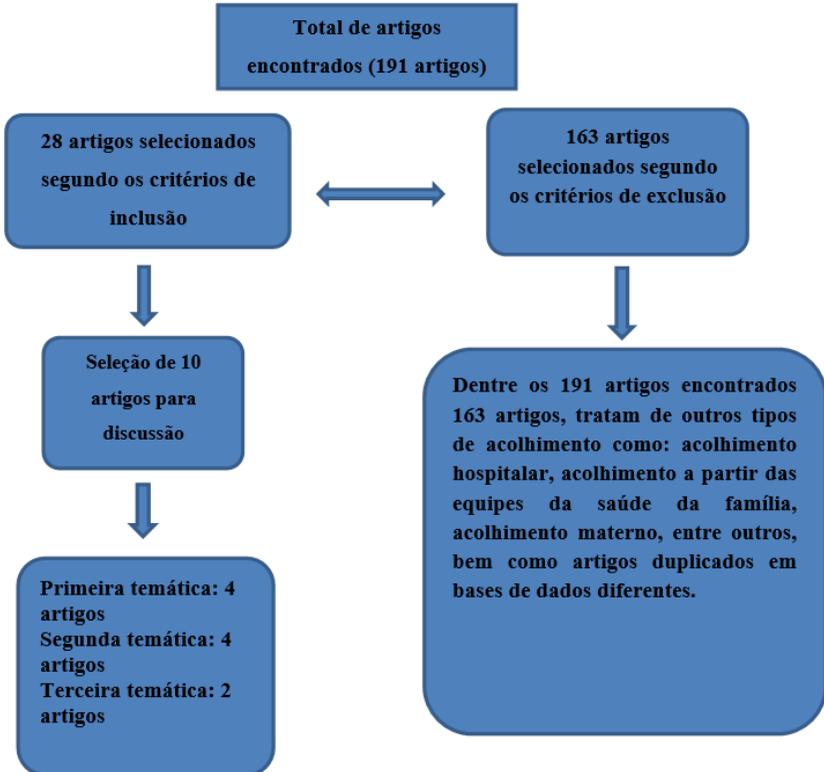
*Eu podia fazer tudo e nunca me escondia,
Você sabe o que é ver teu pai, ressaca na cama a tremer,
Entrar em casa e a mãe chorar por não ter nada pra comer,
Largar a escola e começar a trabalhar aos 16, não ter muita
alternativa,..*

*Saístes de casa a noite seu pai agrediu a sua mãe,
Tua mãe pensou em ligar para a polícia e nem coragem tem,
Ele é o pai dos filhos dela, e ela ama-o também,
Esse não é só o meu caso no bairro existem mais de cem
Diz-me agora o que tu achas desse tumulto, mano, agora
compreendo o meu,..*

*Tua infância foi roubada, abandonada, quantas vezes pensei
em fugir,.. (Letra de música adaptada)*

⁶ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=c3G8wZ3t7_0

Figura 1 - Fluxograma 1



REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Cenas juvenis** – punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.

ARANTES, E.M.M. Rostos de Crianças no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

ARIÈS, P. **A história social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BATISTA, Myrian Veras.; FÁVERO, Eunice Teresinha.; VITALE, Maria Amália Faller. **Famílias de crianças e adolescentes abrigados**: quem são, com vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOCK, Ana Mercedes Bahia. A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica a naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 24, n. 62, p. 26-43, abril 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 7 jul. 2014.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei 8.069, de julho de 1990/ atual.com a Lei Nacional de Adoção (Lei 12.010, de 03.08.2009). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, DF: CONANDA/CNAS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2006). **Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária**. Brasília, DF: CONANDA/CNAS.

CARLOS, Diene Monique et al. O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Rev. esc. enferm. USP[online]**. 2014, vol.48, n.4, pp. 610-617.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves and CORREA, Laiane Da Silva. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. **Cad. Pesqui. [online]**. 2012, vol.42, n.146, pp. 494-517.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA SILVA, Simone Souza da; MAGALHAES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1147-1172, dez. 2010.

CINTRA, Ana Lúcia e SOUZA, Mériti de. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. **Rev. Mal-Estar Subj.**, 2010, vol.10, n.3, p.809-833. ISSN 1518-6148.

CORREA, Olga Ruiz. Os novos territórios do grupo familiar e a terapia familiar analítica. Pulsional **Revista de Psicanálise**, ano XIV, n. 149, p. 13-20, ago. 2001. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/149_02.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

CORDOVA, M. F.; BONAMIGO, I. S. Filhos afastados de suas famílias: ações e concepções dos profissionais. **Polis e Psique**, v. 2, n.1, p. 182-207, 2012.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 111-118, 2009.

COUTINHO, Maria José; SANI, Ana Isabel. Casa abrigo: a solução ou o problema? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 4, p. 633-641, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2015.

DE LEMARE, T. Ministério da Saúde. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, ano 1, maio 2005. **Anais...** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000082005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2014.

DELGADO, Paulo. A experiência da vinculação e o acolhimento familiar: reflexões, mitos e desafios. **Temas psicol.** Ribeirão Preto, v. 18, n. 2, p. 457-467, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000200019&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2015.

FALEIROS, V.P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. cap. I, p. 33-97.

FECAM (Federação Catarinense de Municípios). **Santa Catarina possui cerca de 130 abrigos institucionais para crianças e adolescentes.** Disponível em: <http://www.fecam.org.br/noticias/index.php?cod_noticia=6072>. Acesso em: 23 jul. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979,1996.

GUEDES, C. F. e SCARCELLI, I. R. (2014). Acolhimento institucional na assistência a infância: o cotidiano em questão. **Psicologia e Sociedade**, 26(n. spe.), 58-67.

GENTILE, Renata.; GÓES, Marcus.; FIKS, Milton. **Perspectivas:** formação de profissionais em serviços de acolhimento. São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Atlas: São Paulo, 2007.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wernersbach. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 20, n. 1, p. 39-48, Jan. 2015.

IPEA/CONANDA. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil / Enid Rocha Andrade da Silva (Coord.). Brasília, 2004.

LAUZ, Gianni Vanessa Mayer; BORGES, Jeane Lessinger. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 4, p. 852-867, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932013000400007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2015.

LEMOS, Adriana Guerra Abreu et al. **Evasão nas unidades de acolhimento**: discutindo seus significados. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p.594-602, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2015.

JAMES, A.; PROUT, A. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, A. **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer, 1997.

JURBERG, M. B. Individualismo e coletivismo na psicologia social: Uma questão paradigmática. In: CAMPOS, R. H. F. e P. A. GUARESCHI, P. (Orgs.). **Paradigmas em psicologia social: A perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000, p.118-166.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCONI, Maria de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas em pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

MARTINEZ, Ana Laura Moraes; SILVA, Ana Paula Soares. O momento da saída do abrigo por causa da maioria: a voz dos adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 113-132 dez. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/336/350>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

MINAYO, Cecília de Souza (org.); DESLANDES, S. F.; CRUZ, N. O.; GOMES, R.; **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 519-528, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2015.

MOREIRA, M. I. C.; BEDRAN, P. M.; CARELLOS, S.D.M. S; PASSOS, Ana Paula C.P. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. **Psicologia em Revista (Online)**, v. 9, p. 59-73, 2013.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v.26, n. spe2, p. 28-37, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2015.

NICODEMOS, Carlos. Juventude e outras minorias no debate da Segurança Pública. **Cadernos temáticos da CONSEG** – Coordenação Geral da 1º Conferência Nacional de Segurança Pública. Ministério da Justiça, Brasília, ano 1, n. 07, p. 32-38, 2009.

OLIVEIRA, Débora Silva de; SCHWARTZ, Eda Regina Doederlein. A nova lei de adoção: aspectos jurídicos e psicológicos. **Estud. Psicol.**, Campinas, v. 30, n. 3, p. 445-453, Sept. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2013000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2016.

PEREIRA, Mariana et al. Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. **Psicol. Reflex. Crit.** Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 222-231, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2015.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

ROCHA, Patrícia Jovasque; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Significados Atribuídos por Mães Acerca do Acolhimento Institucional, Reintegração e Rede de Atendimento. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 111-124, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932015000100111&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2016.

ROSA, Edinete Maria et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estud. psicol.**, Natal, dez. 2010, v.15, n. 3, p.233-241.

_____. O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. **Estud. psicol.**, Natal, v. 17, n.3, p. 361-368, dez. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2012000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2015.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012.

RIZZINI, I. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009, cap. V, p.255-287.

RIZZINI, I. Irene (coord.); NAIFF, L.; BAPTISTA, R. **Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESPI; Rio de Janeiro, RJ: PUC-RIO, 2006.

ROSETTI-FERREIRA, M. C. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. SERRANO, S. A.; ALMEIDA GONÇALVES de, I. São Paulo: Hucitec, 2011.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; ALMEIDA, I.; COSTA, R. N.; GUIMARÃES, L.; MARINO, F. N.; TEIXEIRA, S.C.; SERRANO, S. A. **Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas.** (2012). Disponível em: <www.scielo.br/prc>. Acesso em: 15 maio 2014.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

SENADO FEDERAL. Abrigos para crianças e adolescentes. Em discussão. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/abrigos-para-criancas-e-adolescentes.aspx>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

SERRANO, S. A. **O acolhimento institucional na perspectiva da criança.** ROSETTI-FERREIRA, M. C. ALMEIDA GONÇALVES de, I.; São Paulo: Hucitec, 2011.

SILVA, Milena Leite e ARPINI, Dorian Mônica. O impacto da nova Lei Nacional de Adoção no acolhimento institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. **Psicol. rev.**, Belo Horizonte, 2013, v.19, n. 3, p.422-440.

SILVA, Milena Leite; ARPINI, Dorian Mônica. A nova lei nacional de adoção: desafios para a reinserção familiar. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 125-135, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722013000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2016.

SILVA JUNIOR, Enézio de Deus. **A possibilidade jurídica de adoção por casais homossexuais.** Curitiba: Juruá, 2005.

SILVA, E. R. **O direito a convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SINGLY, Françoise de. **Sociologia da família contemporânea.** Tradução: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIQUEIRA, Aline Cardoso. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária em foco. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 29, n. 3, p. 437-444, sept. 2012.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; MASSIGNAN, Lucianna Tortorelli; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Reinserção familiar de adolescentes: processos malsucedidos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 50, p. 383-391, dec. 2011.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Políticas públicas de garantia do direito à convivência familiar e comunitária. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p.262-271, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em :15 set. 2015.

_____. Aline. Cardoso; e DELL'AGLIA, Débora Dalbosco.; O Impacto da Institucionalização na Infância e na Adolescência: Uma Revisão de Literatura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Psicologia e Sociedade**; 18 (1): 71-80; jan/abr.,2006.

_____. Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco.; Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, n. 3, p. 407-415, Sept. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2015.

SPINK, Mary Jane. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. , 3. ed. São Paulo: Ed: Cortez, 2004.

_____. Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – <www.bvce.org>. Rio de Janeiro: última Ed., 2004.

TRIVELLATO, Aline Jacob; CARVALHO, Cíntia; VECTORE, Celia. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 17, n. 2, p. 299-307, Dec. 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2015.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos quantitativos e qualitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus métodos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**. v. 39, n. 3, 2005, p. 507–514.

UNICEF. **O direito de ser adolescente**: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. Brasília, 2011.

VALENTE, Jane. Acolhimento familiar: validando e atribuindo sentido às leis protetivas. **Serv. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 576-598, sept. 2012.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2015.